

# HISTÓRIA do PENSAMENTO FILOSÓFICO PORTUGUÊS

Direcção de Pedro Calafate

Coordenação de Manuel Cândido Pimentel

Volume IV  
O Século XIX  
Tomo 1

**CAMINHO**

HISTÓRIA DO PENSAMENTO FILOSÓFICO PORTUGUÊS  
Volume IV — O SÉCULO XIX, tomo 1

Direcção de Pedro Calafate

Coordenação de Manuel Cândido Pimentel

Design gráfico e capa: José Serrão

Ilustração da sobrecapa: *O Grupo do Leão*, Columbano Bordalo Pinheiro  
(óleo sobre tela, 1885).

Museu do Chiado (IPM). Fotografia de Vítor Branco.

© Editorial Caminho, SA, Lisboa — 2004

Paginação e fotolito: Gráfica 99, Lisboa

Tiragem: 3000 exemplares

Impressão e acabamento: SIG — Sociedade Industrial Gráfica

Data de impressão: Novembro de 2004

Depósito legal n.º 217 788/04

ISBN 972-21-1665-7

[www.editorial-caminho.pt](http://www.editorial-caminho.pt)

# A etnologia e a questão das identidades nacionais

José Luís Brandão da Luz

## 1. A demarcação das áreas e a querela das confrontações

Os investimentos realizados no campo da etnologia, filologia, arqueologia, ciência das religiões e psicologia trouxeram um importante incremento aos estudos dos fenómenos sociais, o último domínio das ciências que se constituiu. Tornou-se possível perceber as particularidades de certos costumes, rituais e heróis locais a partir das suas relações com o passado, donde provinha a sua identidade, ou seja, onde se «nos revelam estados primitivos da consciência, e esse período emocional donde saiu o acordo afectivo das primeiras sociedades humanas» (1). É assim que muitos costumes sociais do presente ganham relevância ou uma densidade nova quando comparados com outros semelhantes que os estudos antropológicos descobrem noutros povos. A antropologia foi uma das ciências sociais que mais contributos trouxeram para a compreensão da realidade sociocultural dos povos, tendo sido, por isso, altamente cultivada e valorizada por Teófilo Braga e pelos autores que se situavam na órbita do círculo de influência do positivismo.

Tomada na sua acepção genérica, apenas no século XIX a antropologia estabelece um programa e desenvolve um trabalho de escola, apesar de ser possível reconhecer anteriormente a existência dum pensamento que reflectisse o tipo de preocupações de que se ocupa. A palavra abriga uma variedade de saberes que, sendo cultivados no seio de diferentes disciplinas, como a antropologia física, a etnologia, a etnografia, a linguística ou a glotologia e a arqueologia pré-histórica, tinham por objecto comum o homem, nas suas dimensões física, linguística e cultural.

(1) Teófilo Braga, *Contos Tradicionais do Povo Português*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, vol. I, p. 31.

Na primeira metade do século XIX, assiste-se a um grande esforço para definir as confrontações que individualizam os campos cultivados por estas diferentes disciplinas. Assim, de um modo geral, a antropologia física utiliza-se para designar o estudo dos caracteres anatómicos do homem, aparecendo intimamente ligada aos trabalhos realizados no domínio da frenologia. Coube ao naturalista William-Frédéric Edwards, que fundou a Sociedade Etnológica de Paris, em 1839, a iniciativa de ligar o termo etnologia ao estudo dos principais elementos que, do ponto de vista físico e cultural, distinguem as raças humanas umas das outras. A etnologia, nesta perspectiva, tem por objectivo procurar os elementos que no plano biológico e moral determinam o que cada raça tem de específico, o que lhe confere um ascendente social e político importante, pelo esclarecimento que pode trazer na condução das políticas nacionais, nomeadamente de cariz colonial. Contrapunha-o ao termo etnografia, utilizado pelo italiano Adriano Baldi, para o estudo e classificação das línguas, que eram consideradas os elementos essenciais da formação das nacionalidades. É por falarem línguas diferentes que os povos se distinguem entre si, daí que o estudo comparativo das línguas e a sua classificação envolvesse consigo a análise e caracterização dos povos (<sup>1</sup>).

O aparecimento da disciplina de Antropologia nos cursos do ensino superior, a criação de sociedades científicas, laboratórios, revistas e diversas publicações contribuíram para a sua difusão, principalmente a partir dos anos 50. Paul Broca fundou a Sociedade de Antropologia de Paris, em 1859, que foi decisiva para a afirmação deste novo ramo disciplinar e a clarificação do seu significado. A iniciativa surgiu como reacção à falta de acolhimento que mereceram as suas posições poligenistas e antitransformistas sobre a origem do homem, no seio da Sociedade de Biologia. Estas ideias eram dominantes entre os cientistas franceses da época, mas porque tinham provocado profundas divisões no seio da Sociedade Etnológica de Paris, tendo mesmo levado à sua dissolução, em 1848, facilmente se poderá perceber a atitude tomada em relação a Broca, como forma de preservar a coesão da Sociedade.

A visão poligenista que predominava na nova Sociedade de Antropologia sobre a origem das raças humanas contou logo à partida com o apoio de positivistas declarados, como Charles Robin e Georges Pouchet, que deram continuidade à linha de investigação que a Sociedade de Biologia desenvolvia. Predominaram assim os estudos baseados na recolha de observações e nas abordagens antropométricas, destinadas em grande parte a avaliar as capacidades cranianas, deixando pouca abertura a discussões teóricas sem fundamento, como era considerado o

(<sup>1</sup>) Cf. Nélia Dias, *Le Musée d'Ethnographie du Trocadéro (1878-1908). Anthropologie et muséologie en France*, Paris, Éditions du CNRS, 1991, pp. 18-21.

evolucionismo darwinista, sustentado sem grande ressonância pelo positivista Eugène Dally (<sup>1</sup>).

A situação começou a alterar-se com a admissão de Armand de Quatrefages que, no Museu de História Natural, foi pioneiro no ensino da Antropologia, ao criar, em 1855, essa disciplina, e que, pelas suas posições monogenistas, contribuiu para a dinamização da Sociedade e a discussão de novas ideias. Também foi de primordial importância a influência exercida por Carl Vogt, que havia organizado, em Genebra, onde se radicou, o Museu de História Natural. Publicou, em 1883, um importante estudo comparativo sobre o homem e o animal, que assumia, conciliando linhas de orientação divergentes, um poligenismo transformista e defendia uma analogia entre a ontogénese, ou os processos de desenvolvimento individual, e a filogénese, ou o desenvolvimento ao longo do tempo das formas animais e humanas.

Este trabalho, como apurou Joy Harvey, teria sido acolhido com entusiasmo por Broca e pela Sociedade de Antropologia de Londres, que o traduziu de imediato, e exerceu influência no rumo da investigação de diversos autores franceses de orientação materialista, nomeadamente na arqueologia pré-histórica de G. de Mortillet e no estudo da evolução social de Charles Letourneau. Estes autores, a que se juntou ainda o contributo decisivo de Abel Hovelacque, que desenvolveu o domínio dos estudos linguísticos, exerceram uma significativa influência na Sociedade de Antropologia, que se abriu cada vez mais ao evolucionismo de Darwin, cuja obra havia sido traduzida e prefaciada, em 1862, por Clémence Royer. A concepção evolucionista começou a exercer uma influência favorável entre os membros positivistas da Sociedade a partir dos finais dos anos 60, graças, em grande parte, aos esforços de Eugène Dally, que procurou tratar as relações de parentesco entre o homem e os primatas, situando, no contexto do positivismo científico, as concepções de Darwin e Huxley, cuja obra, *Man's Place in Nature*, traduziu e prefaciou.

Paul Broca foi decisivo para a expansão da teoria evolucionista no seio da Sociedade de Antropologia, ao associar a visão transformista das espécies a uma origem poligenista, que expurgasse do horizonte qualquer conotação criacionista que as concepções monogenistas duma descendência comum das espécies pareciam não precaver. Todavia, não evitou a saída da Sociedade de alguns positivistas e a oposição ao darwinismo de Charles Robin e Armand de Quatrefages. De qualquer modo, a facção dos positivistas, que predominou, foi a que contribuiu para dar expressão às concepções transformistas que foram acolhidas na revista *La*

(<sup>1</sup>) Cf. Joy Harvey, «L'Évolution transformée: positivistes et matérialistes dans la Société d'Anthropologie de Paris du Second Empire à la Troisième République», em Britta Rupp-Eisenreich (org.), *Histoires de l'anthropologie: XVI-XIX siècles*, Paris, Klincksieck, 1984, pp. 387-410.

*Philosophie Positive*, apesar das hesitações manifestadas por Littrée, face a uma teoria que carecia de evidência experimental <sup>(1)</sup>.

Também a Escola de Antropologia de Paris, criada por Broca, em 1875, contribuiu para difundir a influência das posições positivistas e materialistas ligadas ao estudo dos caracteres físicos do homem e favorável às concepções transformistas. Para além de Broca e Dally, ensinaram nessa escola Paul Topinard, que escreveu a primeira obra de divulgação *A Antropologia*, em que apresentava, de forma favorável, as posições transformistas, Bertillon, a quem se atribui a descoberta das impressões digitais, e os autores de orientação materialista Abel Hovelacque e, mais tarde, Charles Letourneau, que, ao procurarem reduzir a sociologia à etnologia, ou seja, ao estudo da cultura das diferentes raças, suscitaram as hostilidades dos positivistas e as reacções de Littrée e Topinard <sup>(2)</sup>.

Em geral, entendia-se por antropologia o estudo do homem numa perspectiva física, ou seja, sob o ponto de vista anatómico e fisiológico, com vista à identificação das diversas raças. Mas ao entrar na questão das confrontações das disciplinas afins, Paul Broca atribui à antropologia o estudo do homem no seu conjunto, sem atender às suas variedades, reservando para a etnologia o estudo pormenorizado das raças, numa perspectiva comparativa, com vista a determinar as suas características intelectuais e sociais e a conhecer as suas ligações, o que faz desta disciplina um ramo especial da antropologia. Broca dá continuidade à perspectiva de Edwards e, aceitando o ponto de vista de Balbi, atribui à etnografia um estudo descritivo dos povos, por conseguinte, não científico, com base em registos de viagens, depoimentos de comerciantes, missionários, etc. Armand de Quatrefoes, no ensino da sua disciplina, no Museu de História Natural, adopta a perspectiva de Broca que atribui à antropologia o estudo geral das raças humanas e considera a etnologia um ramo desta disciplina geral. Sem subscrever qualquer tipo de orientação espiritualista, sustenta uma posição monogenista, mas opõe-se à tese darwinista da selecção natural. Segundo ele, as variações das raças humanas explicam-se como formas diferenciadas de desenvolvimento, quer físicas quer culturais, provocadas pela influência do clima e por processos de adaptação a condições de vida adversas. Tratava-se de estudar as raças humanas segundo as exigências duma metodologia científica. E é nas ciências naturais que se encontra o modelo a seguir para a elaboração do quadro duma classificação exaustiva, com base nas suas semelhanças e diferenças.

<sup>(1)</sup> Cf. Émile Littrée, «Questions soulevées à propos du transformisme», *La Philosophie Positive*, 15 (1875), p. 448.

<sup>(2)</sup> Cf. Joy Harvey, art. cit., pp. 403 e 410, n. 52.

## 2. Os pioneiros da Antropologia Física em Portugal

Em Portugal, os trabalhos de paleontologia e de arqueologia pré-histórica encontraram em Francisco António Pereira da Costa (1809-1889), Carlos Ribeiro (1813-1882) e Joaquim Filipe Nery Delgado (1835-1908) as principais referências que reclamaram para o país um lugar no seio da comunidade científica dos estudos antropológicos. Os três autores começaram por desenvolver os seus estudos na Comissão Geológica do Ministério das Obras Públicas, que fora reactivada em 1857, competindo ao primeiro a catalogação da investigação paleontológica e aos outros dois os trabalhos de campo para a cartografia geológica do país. Pereira da Costa era professor da Escola Politécnica de Lisboa, onde ampliou a Secção Mineralógica do Museu e leccionou a 7.<sup>a</sup> cadeira de Mineralogia e Geologia, em que se supõe ter sido integrado o ensino da Paleontologia. Em 1865 publica o seu estudo pioneiro sobre a descoberta paleontológica, no cabeço da Arruda, em Muge, no vale do Tejo, de esqueletos humanos que atestavam a presença do homem em períodos recuados da pré-história. Nery Delgado apresenta, em 1867, os seus *Estudos Geológicos* sobre as grutas de Cesareda, em que procura também provar a presença remota do homem pré-histórico em Portugal, e, em 1871, Carlos Ribeiro apresenta à Academia das Ciências de Lisboa a sua *Descrição de alguns Sílex e Quartzites Lascados Encontrados nas Camadas dos Terrenos Terciário e Quaternário das Bacias do Tejo e do Sado* <sup>(1)</sup>.

A descoberta feita por Carlos Ribeiro, perto da Ota, de sílex e quartzitos que revelavam uma intervenção intencional do homem levou-o a supor, devido à idade dos terrenos em que foram encontrados, que haviam sido talhados pelo homem pertencente ao período do terciário. O assunto foi amplamente discutido no seio do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, realizado em Lisboa, em 1880, tendo mesmo ocasionado uma visita de estudo dos congressistas ao local, a fim de identificarem a idade das camadas geológicas em que os achados foram recolhidos <sup>(2)</sup>. Não obstante a determinação que Carlos Ribeiro pôs na defesa da presença do homem na idade terciária, considerando-o mesmo testemunha da actividade vulcânica que está na origem da formação dos basaltos de Lisboa, veio a verificar-se que «os "eólitos" comprovadamente talhados eram quaternários, enquanto os provenientes de terrenos mais antigos não tinham

<sup>(1)</sup> Cf. M. Telles Antunes, «Sobre a história da paleontologia em Portugal», em *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal. I Colóquio — Até ao Século XX*, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1986, vol. II, pp. 793-798.

<sup>(2)</sup> Cf. Teixeira Bastos, «Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas», em *Era Nova*, Lisboa, (1880-1881), pp. 144 e 181-184. Este trabalho foi posteriormente integrado em *Ciência e Filosofia. Estudos de Crítica Positivista*, Porto, Tipografia de A. J. da Silva Teixeira, 1890.

sido afeiçoados por mão humana» (1), vindo assim a tornar-se a sua tese insustentável. É de salientar, no entanto, que Teixeira Bastos, na nota que escreveu para a *Era Nova* sublinha a existência duma convergência de provas favoráveis à existência de vestígios humanos em Portugal, no período do terciário, e parece mesmo querer atribuir a motivações nacionalistas de alguns participantes estrangeiros no congresso a decisão de deixar a questão em aberto, pedindo aos geólogos portugueses que levassem ao próximo congresso materiais novos que pudessem trazer esclarecimentos complementares.

Ao nível do ensino universitário, a Antropologia desenvolve-se na Universidade de Coimbra, com a criação, em 1885, da cadeira de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-Histórica, que veio substituir a 8.ª cadeira da Faculdade de Filosofia, que tinha a designação de Agricultura, Zootécnica e Economia Rural (2). O seu ensino apareceu intimamente ligado ao Museu de História Natural, que nessa altura ampliou as três secções de que dispunha, dedicadas à Botânica, à Zoologia e à Mineralogia e Geologia, abrindo uma nova secção dedicada à Antropologia. Foi seu primeiro director Bernardino Machado, que era ao mesmo tempo o titular da 8.ª cadeira de Antropologia. Imprimiu ao seu ensino uma orientação prática, que se traduziu numa pesquisa efectuada pelos alunos, cujos resultados foram mais tarde publicados, e em aulas práticas nos respectivos laboratórios. A orientação da cadeira seguia a linha dos problemas pertencentes ao domínio da antropologia física, como se depreende a partir dos temas dos trabalhos realizados pelos alunos e dos manuais adoptados (Broca, Topinard e Mortillet) assim como do teor dos programas conhecidos.

A sua intensa actividade no campo político, nomeadamente conselheiro e par do reino, fez recair grande parte da responsabilidade da direcção do Museu e da leccionação em Henrique Teixeira Bastos, director interino do Museu e lente substituto da respectiva cadeira. É de sua autoria o programa referente ao ano lectivo de 1889/90, que confere particular destaque aos procedimentos metodológicos utilizados, nomeadamente para apurar os caracteres anatómicos e fisiológicos das diferentes raças humanas, determinar as capacidades cranianas, por meio do estudo comparativo das raças, o índice encefálico dos homens de génio e dos criminosos. Bernardino Machado manteve-se na cátedra de Antropologia desde a sua fundação, em 1885, até 1907, devendo-se também a ele a iniciativa de fundar em Coimbra, em 1896, a Sociedade de Antropologia, com o fim de «desenvolver os estudos antropológicos em Portugal», conforme preconiza o art.º 2.º dos seus Esta-

(1) M. Telles Antunes, art. cit., p. 801.

(2) Sobre o ensino da Antropologia na Universidade de Coimbra, ver M. L. Rodrigues de Areia e M. A. Tavares da Rocha, «O ensino da antropologia», em *Cem Anos de Antropologia em Coimbra: 1885-1985*, Coimbra, Museu e Laboratório Antropológico, 1985, pp. 13-60.

tutos. Foi substituído por Eusébio Tamagnini que, durante mais de quarenta anos, dirigiu a secção de Antropologia do Museu de História Natural e ampliou o domínio da antropologia com a introdução dos estudos etnológicos, a criação do Curso de Etnografia Colonial e do Curso de Antropologia Criminal.

Também os autores alinhados no ideal positivista seguiam com atenção os desenvolvimentos que se operavam neste sector. É assim que, aquando da realização em Lisboa, em Setembro de 1880, do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, Teófilo Braga dá instruções a Francisco José Teixeira Bastos, seu colaborador na direcção da revista *Era Nova*, para que acompanhasse as sessões do congresso, que contou com a presença de Quatrefages, Mortillet, John Evans, entre outros <sup>(1)</sup>. Na notícia que preparou para a revista <sup>(2)</sup>, Teixeira Bastos salienta a discussão em torno da existência do homem terciário miocénico em Portugal, como tendo sido o ponto central dos debates. Mas, na correspondência a que aludimos, Teixeira Bastos refere a ocorrência dum debate que Quatrefages teria sustentado sobre a teoria darwinista da evolução, o que dá a entender que os assuntos tratados se não limitaram ao domínio da pré-história. Muito embora a notícia que escreveu para a *Era Nova* tivesse omitido qualquer referência ao assunto, menciona no entanto que, para além dos geólogos portugueses, o congresso contou ainda com a apresentação dos estudos etnológicos de Adolfo Coelho e Consiglieri Pedroso, respectivamente, sobre os cultos peninsulares anteriores ao domínio romano e o casamento popular em Portugal, o que traz a largueza de domínios abrangidos na noção da antropologia.

### 3. A linha de rumo da Antropologia Física

Em 1887, surge no Porto a Sociedade Carlos Ribeiro, que se propunha conferir aos estudos antropológicos em Portugal uma orientação mais apoiada em dados objectivos, ao contrário da que era seguida por Teófilo Braga, Adolfo Coelho e Consiglieri Pedroso. A Sociedade era dirigida por António Augusto da Rocha Peixoto (1865-1909), Ricardo Severo (1869-1940) e Artur da Fonseca Cardoso (1865-1912), contando ainda com o apoio tutelar de Basílio Teles e Júlio de Matos, tendo recebido um forte apoio da Sociedade de Antropologia de Paris. Em termos programáticos, visava o estudo das ciências naturais e sociais, assegurava a edição

<sup>(1)</sup> Cf. carta de 22 de Setembro de 1880, de Teixeira Bastos a Teófilo Braga, em *Quarenta Anos de Vida Literária*, p. 192.

<sup>(2)</sup> Cf. Teixeira Bastos, «Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas», pp. 181-184.

da *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, que reunia extensa colaboração nos domínios da etnologia, filologia e paleontologia, tendo também desenvolvido importantes campanhas em prol da preservação e reequipamento das secções de história natural dos museus e das escolas do país.

Para o grupo do Porto, o problema das origens étnicas do povo português não se poderia reduzir a um simples debate teórico, com apoio na recuperação da tradição da cultura popular, vertida no romanceiro, nos contos, na poesia e nos usos e costumes, mas carecia de apoio nos dados da paleontologia e duma antropologia assente na recolha sistemática de dados anatómicos. Daí o particular apreço que era concedido à arqueologia, nomeadamente aos trabalhos desenvolvidos por Leite de Vasconcelos, mas também aos que foram realizados por Estácio da Veiga (1828-1891), que elaborou a *Carta Arqueológica do Algarve* e reuniu em Lisboa uma importante colecção arqueológica, que viria a constituir o primeiro núcleo do Museu Etnográfico Português. O museu foi criado oficialmente em finais de 1893, pela iniciativa legislativa do então ministro Bernardino Machado, mas foi Leite de Vasconcelos, seu actual patrono, quem moveu as diligências para a sua fundação, fazendo valer as afinidades científicas e bom relacionamento pessoal que tinha com o ministro, que era professor de Antropologia em Coimbra <sup>(1)</sup>. A Estácio da Veiga se devem também as *Antiguidades Monumentais do Algarve*, que publicou na Imprensa Nacional, em 4 volumes, sobre o período pré-histórico, para além de numerosos apontamentos referentes aos períodos da dominação dos árabes e dos romanos, tendo estes últimos sido publicados pelo Dr. Leite de Vasconcelos na revista *O Arqueólogo Português*.

Mas a linha de força dominante do projecto dos antropólogos portuenses para definir a tipologia da raça portuguesa baseava-se fundamentalmente na craneometria e na antropometria, seguindo assim de perto as directrizes da antropologia de Topinard no estudo do povo português. Ricardo Severo chegou a deslocar-se a Paris para discutir com Topinard os planos para aplicar as suas linhas de investigação nos estudos antropológicos em Portugal. A ligação directa com o mestre da Sociedade de Antropologia de Paris não só contribuiu para manter o grupo fora das esferas de influências do ensino universitário português, nomeadamente de Coimbra onde desde 1885 funcionava a cadeira de Antropologia, mas permitiu também receber orientações para empreender o estudo etnológico do povo português, a partir dum plano de recolha de dados da população portuguesa por ocasião da inspecção militar, dispondo para o efeito de bibliografia e de ma-

<sup>(1)</sup> Cf. Henrique Coutinho Gouveia, *Museologia e Etnologia em Portugal: Instituições e Personalidades*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1997, vol. I, pp. 154-158.

teriais para medições antropométricas, em ordem ao desempenho adequado da tarefa <sup>(1)</sup>.

Paralelamente, nos Açores, Arruda Furtado empreende de moto próprio, como a seguir iremos analisar, um estudo antropológico da população da ilha de S. Miguel, respeitando as mesmas exigências metodológicas que eram preconizadas pelos trabalhos de Broca e de Topinard. Simultaneamente, Francisco de Paula e Oliveira trazia a público, na *Era Nova*, um estudo dos crânios pré-históricos pertencentes à coleção da secção geológica do Museu Etnográfico e procurava, desta forma, caracterizar as raças pré-históricas do país. Foi também graças à sua colaboração que Arruda Furtado pôde dispor dum conjunto muito significativo de medições e observações de populares de diferentes regiões do país, que lhe permitiram estabelecer uma comparação com o grupo de camponeses micaelenses por ele analisados.

## 4. Arruda Furtado: origem animal do homem e estudos antropológicos

### 4.1. Vida e matriz evolucionista da obra

Francisco de Arruda Furtado nasceu em Ponta Delgada, a 17 de Setembro de 1854, onde também veio a falecer, prematuramente, a 21 de Junho de 1887, após uma permanência de cerca de dois anos em Lisboa, em que esteve colocado, como adido, no Museu de História Natural da Escola Politécnica. Mesmo com o baixo salário que recebia, esta nomeação, diz em carta que endereçou a Francisco Maria Supico, «dá-me a tranquilidade de espírito, por me não ver obrigado a tratar de coisas para que não nasci», oferecendo-lhe uma ocasião ímpar para se dedicar à investigação, continua em jeito de confidência, «para que se possa fazer alguma coisa que chame a atenção e me possa fazer suprir, com o título de trabalhos práticos, a falta dos outros que não possuo» <sup>(2)</sup>.

Arruda Furtado foi o que se poderá considerar, na plena acepção da palavra, um autodidacta no domínio das ciências naturais, embora a sua obra científica tivesse merecido um amplo reconhecimento pelos mais credenciados cientistas estrangeiros com quem se correspondeu. Não detinha qualquer título académico e

<sup>(1)</sup> Cf. Ricardo Roque, *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a Expedição à Índia em 1895*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, pp. 165-182.

<sup>(2)</sup> *Correspondência Científica de Francisco de Arruda Furtado*, int., levantamento e estudo de Luís M. Arruda, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2002, p. 536.

dedicou a sua vida ao estudo, desde os doze anos de idade, devendo à orientação do Dr. Carlos Machado, organizador da secção de história natural do Museu de Ponta Delgada, que hoje tem o seu nome, toda a formação nesta área <sup>(1)</sup>. Em carta de teor autobiográfico que escreveu a seu irmão António Furtado, e que este publicou na revista *Era Nova*, de que era proprietário e gerente, faz alusão à intensa participação que teve neste projecto. Ao mesmo tempo, reconhece a sua gratidão para com o médico açoriano, que dedicou todo o labor à zoologia, e evoca as circunstâncias do encontro que, andaria ele por volta dos dezoito anos de idade, conferiu um rumo sistemático aos seus estudos, na forma que a seguir transcrevemos: «Lembras-te duma manhã de sol ardente, em Agosto, haverá sete anos, quando nós regressávamos duma excursão puramente material, como todas as que então fazíamos, aos ombros, grandes sacas de minerais, os chapéus crivados de coleópteros? Íamos a dobrar o último cotovelo do caminho que sobe das Sete Cidades, e ouvíamos falar alto. Eu receei, cuido que por nos terem dito que o esperavam no vale e pela semelhança da voz, que fosse o Dr. Carlos Machado; envergonhava-me sobremodo o ter de lhe aparecer assim, carregado de pedregulhos! Pois foi exactamente a triste oferta, que depois lhe fiz daqueles *calhaus rolados*, coligidos com tanto analfabetismo, o que me deu entrada no nosso museu, e o que fez com que devesse ao Dr. Machado toda a minha educação intelectual, toda (devo dizê-lo). Eis como, muitas vezes, o futuro dum homem pode estar numa pedra que ele não sabia desprezar! Desde então, o meu trabalho livre faz-se no meio das colecções e dos livros, quase todas as tardes e noites.» <sup>(2)</sup>

Centrou os seus interesses científicos em dois domínios fundamentais, a zoologia e a antropologia, que desenvolveu com o apoio duma adesão incondicional à teoria evolucionista de Darwin. Relativamente ao primeiro ponto, a zoologia, a sua investigação foi norteadada pela questão do transformismo das espécies animais nos Açores, que o levou a deslocar a atenção inicial que vinha dedicando às ara-

(1) O Dr. Carlos Machado ensinou Matemática e Ciências, no Liceu de Coimbra e depois no de Ponta Delgada, cidade em que também desempenhou as funções de autarca e de governador civil do distrito. Por ocasião das celebrações do tricentenário da morte de Camões, organizou o Gabinete de História Natural no Convento da Graça, onde funcionava o Liceu de Ponta Delgada, de que era reitor. Este constituiu o primeiro núcleo do Museu, que foi depois ampliado pelo Coronel Francisco Afonso de Chaves, com as secções de botânica, arqueologia e belas-artes, e que, por proposta sua, passou depois a ser designado de Museu Carlos Machado. Apesar da sua formatura em medicina, pela Universidade de Coimbra, «nunca usou da sua arte, dedicando-se desde estudante ao ensino, à política e aos estudos de ciências naturais que lhe vincularam o nome» (Urbano de Mendonça Dias, *Literatos dos Açores*, Empresa Tipográfica Lda. de Vila Franca do Campo, 1931, p. 684).

(2) Francisco de Arruda Furtado, «Ciência e Natureza. Carta a António Furtado», em *Era Nova*, Lisboa, (1880-1881), p. 86.

nhas, em que recolheu mais de sessenta espécies <sup>(1)</sup>, para os moluscos terrestres. É que, como explica na carta a seu irmão António, as aranhas são mais facilmente transportadas para as ilhas, por meio das mercadorias vindas do exterior e da plumagem das aves, ao contrário dos moluscos terrestres que, como escreveu em carta que endereçou a Darwin <sup>(2)</sup>, são mais difíceis de introduzir, dando assim mais garantias da ocorrência dum transformismo endêmico, sem interferências provocadas por invasões provenientes do exterior.

Pela leitura de Darwin teria aprendido estes argumentos que o puseram no caminho da malacologia e o fizeram perceber a importância das ilhas para o esclarecimento do seu problema. Com efeito, a formulação da hipótese transformista de Darwin liga-se à observação de que as espécies animais das ilhas Galápagos não permaneciam semelhantes às do continente de onde tinham provindo. Apesar das semelhanças que ainda mantinham, adquiriram caracteres próprios, como aconteceu com os tentilhões que, para se adaptarem às diferentes possibilidades de vida nas ilhas, desenvolveram formas diferenciadas de bicos, consoante o tipo de alimentos de que dispunham. As necessidades impostas pelo *habitat* levavam à transformação da espécie de origem em outras, que tenderam a isolár-se em conjuntos e transmitiram os seus caracteres hereditariamente pelos cruzamentos efectuados no interior de cada grupo. Pelo seu isolamento, as ilhas oferecem uma situação privilegiada para se observar a emergência e a expansão de novos caracteres diferenciadores, que se alastram pouco a pouco por toda a população e a torna diferente do grupo de origem. Esta ocorrência constitui prova não apenas de que as espécies evoluem por sua conta própria mas também de que descendem umas das outras, muito embora não apresente qualquer explicação do mecanismo que assegura a transformação, o qual será mais tarde esclarecido pela hereditariedade.

Na revista *Era Nova*, publicou três trabalhos sobre algumas espécies de moluscos e a sua distribuição nos Açores, fazendo num deles uma aproximação comparativa com estudos congêneres realizados em França sobre animais que se supunham ser da mesma espécie, mas que apresentavam importantes diferenças. A nível da espessura das conchas, observou que elas eram mais finas nos moluscos dos Açores, por razões que se prendiam com a falta de calcário do terreno e a amenidade do clima, que dispensavam os animais de protecção tão resistente, como careciam os exemplares que haviam sido observados na Europa central. Esta

(1) Cf. *Correspondência Científica de Francisco de Arruda Furtado*, pp. 25 e segs. e 108.

(2) Cf. Luís M. Arruda, «Comentários e notas à obra científica de Arruda Furtado», em *Professor Germano da Fonseca Sacarrão*, Lisboa, Museu Bocage, 1994, pp. 354-356. Sobre a correspondência de Arruda Furtado com Darwin, cf. Ana Leonor Dias da Conceição Pereira, *Darwin em Portugal (1865-1914)*. *Filosofia. História. Engenharia Social*, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1997, vol. I, p. 71.

e outras singularidades não constituíam uma degenerescência provocada pela idade, mas, na sua perspectiva, encontravam-se «fixadas na espécie pelas leis da hereditariedade, pois que são gerais e as vemos, como já dissemos, no mais tenro período da vida» (1).

Também nos *Annals and Magasine of Natural History* fez a descrição anatómica duma espécie de moluscos e publicou uma pequena nota sobre a ocorrência de alguns exemplares desprovidos de órgãos sexuais. Estes dois pequenos trabalhos foram acolhidos por L. C. Mial, professor de Biologia da Universidade de Yorkshire, na Inglaterra, e director da revista, graças à intervenção de Thomas E. Thorpe, professor de Química da mesma Universidade, que, de passagem por S. Miguel e em visita ao Museu de Ponta Delgada, se interessou pelos trabalhos de Arruda Furtado e se empenhou em divulgá-los no seu país (2). Publicou ainda, em 1881, em Ponta Delgada, o opúsculo *O Homem e o Macaco*, em que defendia a universalidade da teoria evolucionista, em 1884, também em Ponta Delgada, *Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos Açorianos. Observações sobre o Povo Micaelense*, de que falaremos mais à frente, e em 1886, já em Lisboa, *O Macho e a Fêmea no Reino Animal*, que retoma o tema do evolucionismo. Deixou dispersos alguns trabalhos no *Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais*, assim como vários artigos em jornais, de que destacamos *A República Federal*, de 1881 a 1882, o *Jornal do Comércio*, de 1886 a 1887, e a *Revista Intelectual Contemporânea*, em 1887.

Mas Arruda Furtado deixou ainda «grandiosos planos de investigação» (3), no seu espólio, sob a guarda da Biblioteca da Faculdade de Ciências de Lisboa. Estes materiais, acompanhados pelos «muitos rascunhos que os alicerçavam», trazem uma informação inestimável para perceber o valor científico da sua obra, nomeadamente ao nível da metodologia utilizada nos trabalhos de recolha que empreendia, na «elaboração de um modelo de Regiões Malacológicas da Ilha de São Miguel» (4) e na programação de expedições a efectuar, na exploração malacológica do mar (5).

(1) Francisco de Arruda Furtado, «Indagações sobre a complicação das maxilas de alguns hélices naturalizados nos Açores com respeito às das mesmas espécies observadas por Moquin-Tandon em França», em *Era Nova*, Lisboa, (1880-1881), pp. 135-137.

(2) Luís M. Arruda, art. cit., p. 374, n. 6.

(3) António M. de Frias Martins, «Arruda Furtado na malacologia açoriana», em *Açoreana*, Ponta Delgada, 7 (1989), p. 9.

(4) *Ibidem*, p. 11.

(5) Cf. *ibidem*, p. 14.

## 4.2. Embriologia, Paleontologia e filiação das espécies

As investigações de Arruda Furtado encontravam na teoria evolucionista de Darwin um apoio sempre presente e inquestionável, quer ao nível da explicação da origem das espécies quer também do desenvolvimento individual <sup>(1)</sup>. Ao mesmo tempo serviam para um combate frontal contra as concepções sustentadas pelos autores fixistas, inspirados, em parte, por uma visão criacionista do mundo de inspiração religiosa. O estudo comparativo dos embriões dos vertebrados, desde os primeiros dias de formação e em diferentes momentos do seu desenvolvimento, não permitia manter a ideia de que cada espécie animal teria tido uma origem singular, que, no caso do homem, teria sido algo de privilegiado. Os dados provenientes da embriologia não só afastavam definitivamente a ideia da existência duma forma humana definitiva, já na origem da geração do homem, como davam conta dum processo de transformação orgânica que em nada diferia dos demais vertebrados. Todos eles partem das sucessivas divisões duma célula inicial, que resulta da fusão de outras duas, uma feminina e outra masculina. Ou seja, como diz o próprio Arruda Furtado, todos derivam duma célula feminina, o óvulo da mulher que, «na fecundação pelo elemento masculino, começa por se dividir em duas células, cada uma das quais se divide em outras duas, e assim sucessivamente até que o óvulo é constituído por uma aglomeração de células» <sup>(2)</sup> que se vão especializando à medida que a multiplicação progride.

Apoiando-se em autores, como Gustavo Le Bon, que cita com frequência nos seus trabalhos, e no testemunho de naturalistas, como Darwin e Baer, Arruda Furtado adverte para a semelhança das formas dos embriões dos vertebrados nos primeiros tempos da sua evolução: «em certos períodos o braço do homem, a pata dianteira do cão, a asa da galinha e a barbatana peitoral da tartaruga são representados por uma mesmíssima forma» <sup>(3)</sup>. Logo de seguida, acrescenta que a diferenciação destes embriões se opera tanto mais tarde quanto mais elevadas forem as suas posições na hierarquia da escala animal: «numa série apropriada de embriões,

<sup>(1)</sup> Cf. Francisco de Arruda Furtado, *O Macho e a Fêmea no Reino Animal*, Lisboa, David Corazzi Editor, 1886; Luís M. Arruda, *Pensamento científico de Arruda Furtado no contemporâneo dos Açores*, sep. do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 57, (1999), pp. 435-448; Idem, «Escalas nos Açores, povoamentos e evolucionismo vistos por Arruda Furtado», em *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento Entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2001, 2.º vol., pp. 428-437.

<sup>(2)</sup> Francisco de Arruda Furtado, «Embriologia: uma ideia popular do que ela vale na teoria de Darwin e do que é a filosofia de nossos avós perante ela», em *O Positivismo*, Lisboa, 4 (1881-1882), p. 122.

<sup>(3)</sup> *Ibidem*, p. 127.

vemos distinguir-se primeiro os répteis dos mamíferos e depois é que os embriões de cada uma destas classes divergem entre si e se pode achar uma diferença entre o embrião do cão e do boi, entre o da tartaruga e do lagarto, e só mais tarde entre o do boi e o do veado, entre o do lagarto e o do crocodilo» (1).

A impossibilidade de distinguir os embriões dos animais de diferentes classes, todos muito semelhantes, no período inicial do seu desenvolvimento, constitui uma prova clara de que todos eles provêm duma origem comum, que se modifica ulteriormente, dando origem a indivíduos de diferentes espécies. Desta forma, os agrupados celulares que estão na base de todos esses embriões não constituem agrupamentos invariáveis, mas diversificam-se em animais de diferentes classes e espécies. Esta plasticidade das células primitivas permite afirmar o princípio de filiação de todas as classes de vertebrados e derivar, assim, umas das outras, as formas mais distintas de espécies animais, pondo em evidência que «as espécies actuais são formadas de espécies passadas, cujas formas o embrião reproduz nas suas fases» (2).

Os embriões que, posteriormente, no estado adulto, apresentam profundas diferenças entre si passam pelas mesmas transformações, embora em momentos diferentes, mostrando assim que a espécie a que o animal adulto pertence não teve sempre a forma que tem hoje. O embrião não contém em miniatura o animal adulto, como uma estrutura reduzida que se desenvolveria por um processo contínuo de crescimento. Se assim acontecesse, argumenta o autor, apoiando-se em Darwin, como se poderia compreender que os embriões de animais tão diferentes, como os do homem, do cão, da galinha e da tartaruga, tivessem sempre de começar por uma mesma forma e passar pelas mesmas transformações? Tal só se compreende porque o desenvolvimento do embrião não consiste num simples crescimento de estruturas individuais reduzidas mas antes num processo de transformações que passa pelas formas que as espécies possuíam anteriormente, a última das quais, no caso do homem, é a do macaco.

Também os fósseis de espécies já extintas, descobertos pela paleontologia, têm mostrado existir uma correspondência na sucessão de formas embrionárias de espécies e até de classes distintas daquela a que o embrião dá origem e a ordem cronológica do aparecimento dessas espécies animais. Esta consonância é interpretada como prova de que «o embrião reproduz, ainda que apressada e imperfeitamente, uma série de formas extintas, das quais é derivada a forma adulta que ele vai também reproduzir» (3). Apesar de na altura se desconhecer ainda as leis da

(1) *Ibidem*, p. 128.

(2) *Ibidem*, p. 130.

(3) *Ibidem*, p. 140.

hereditariedade, Arruda Furtado está perfeitamente ciente de que só um mecanismo hereditário poderá assegurar a regularidade destas transformações embrionárias, pelo que, conclui ele, se «um embrião apresenta uma organização completa, não de espécie, mas de classe *estranha àquela a que o seu adulto pertence e cujo aparecimento geológico se fez primeiro*, é mais do que legítimo, é forçoso supor que a espécie de hoje é filha da passada» (1).

Em reforço desta filiação, o autor evoca a sobrevivência, no organismo adulto do homem, de traços mais ou menos dissimulados que são característicos doutras espécies, como o corpo coberto de pêlo no feto humano de seis meses, os músculos do cóccix e das orelhas e também, no domínio psicológico, o teor altamente animal de alguns sentimentos e emoções humanas. As espécies actuais são portadoras de alguns caracteres das espécies fossilizadas que as precederam, em obediência ao princípio geral da química, segundo o qual, na natureza, nada se perde nas transformações da matéria. Os estudos comparativos de embriologia e de paleontologia fazem que sejamos «obrigados a crer que umã parte do sangue desses animais gira em nós directamente por filiação» (2). Certamente que as formas das espécies que o embrião reproduz não derivam das mesmas «unidades fisiológicas» que estariam presentes na formação dessas espécies. O fenómeno da nutrição faz-nos compreender que o organismo está em permanente renovação. Novas células ocupam o lugar das que desaparecem, de modo que os indivíduos não são materialmente os mesmos em todos os momentos da sua vida. «Mas as células novas e as novas moléculas herdaram as propriedades das que desaparecem» (3) através dum processo de transmissão, que o autor diz ser «admirável», mas que «a Ciência, ao menos no seu estado actual, tem de se confessar impotente para tentar descobrir a razão dessas operações maravilhosas» (4).

O embrião evolui de forma ordenada, por meio duma sucessão de estruturas que aparecem, conforme a ordem cronológica em que os seres vivos apareceram à face da Terra. Assim, o embrião humano representa as estruturas das sucessivas classes de animais, desde os primeiros que apareceram, os peixes, até ao homem, o último a aparecer, passando pelas formas embrionárias dos répteis, dos pássaros e dos mamíferos inferiores. Ou seja, o homem passa, na sua vida embrionária, pelas formas que os seus antepassados deveriam ter passado, reproduzindo «em alguns meses formas que a selecção empregou milhares de anos a fazer atravessar aos seus longínquos avós» (5).

(1) *Ibidem*.

(2) *Ibidem*, p. 141.

(3) *Ibidem*, p. 142.

(4) *Ibidem*.

(5) *Ibidem*, p. 144.

### 4.3. Origem do homem

A teoria evolucionista apoiava fundamentalmente a sua argumentação na paleontologia e na embriologia, por não dispor ainda duma concepção dos mecanismos da hereditariedade que explicasse a teoria evolutiva da transformação das espécies umas nas outras. A paleontologia havia permitido a Cuvier, um dos seus fundadores, reconstituir as espécies desaparecidas a partir apenas dum osso fossilizado, ou seja, dum fragmento do seu esqueleto. Na sua perspectiva, qualquer organismo formava um sistema em que todas as partes se relacionavam duma forma estável e definitiva. Porque nenhuma das partes poderia mudar sem que as restantes também se alterassem, cada uma delas poderia constituir um indicador seguro da configuração de todas as outras. A falta de vestígios que mostrassem, entre as espécies desaparecidas e as actuais, as modificações graduais a que haviam sido submetidas não permitia reconhecer entre elas qualquer elo de descendência. Desta forma, enquanto Cuvier tirava da paleontologia um argumento fundamental para reforçar a sua convicção fixista, os transformistas tiravam da paleontologia a principal prova da sua teoria, procurando valorizar os elementos que permitiam assegurar a cadeia de transmissões. É assim que Arruda Furtado encontra também nessa disciplina um reforço importante para a exposição do seu «argumento draconiano». Conforme escreve, a «paleontologia veio dizer-nos e diz-nos a cada nova descoberta, que efectivamente existe uma série imensa e graduada de macacos fósseis muito mais parecidos com o homem fóssil e com o selvagem actual, do que estas o são com o homem actual civilizado; série por onde a humanidade, partida duma monera, deve ter concluído o caminho para o seu estado presente, quer como espécie zoológica, quer como entidade psicológica» (1). Se, desta forma, facilmente se admite existir uma linha de continuidade entre o homem de hoje e os selvagens, que se parecem mais com os macacos do que conosco, haverá razões para recuar na procura desta filiação, apesar das diferenças que nos separam dos macacos.

No mesmo sentido apontavam os estudos da embriologia, que mostravam a semelhança do embrião humano, em diferentes fases do seu desenvolvimento, com as formas embrionárias de diferentes animais, que se encontravam muito mais distantes do homem do que o gorila e o chimpanzé. As formas animais e humanas não surgem repentinamente, e antes de alcançarem a forma definitiva que as identifica como elementos da espécie, submetem-se a um processo de profundas transformações. O autor ilustra esta situação com exemplos tirados do reino vegetal, apresentando, em anexo, à pequena obra a que nos estamos a referir, desenhos

(1) Francisco de Arruda Furtado, *O Homem, e o Macaco*, Ponta Delgada, 1881, p. 12.

que representam variadas fases do desenvolvimento de folhas de eucalipto, de hera, de hibisco e de feto, em que se notam as diferenças entre os primeiros rebentos das folhas, que no primeiro caso apresenta uma forma larga e oval, antes de tomar a forma definitiva, comprida e estreita, e nos outros casos começam por apresentar um bordo contínuo e depois dentado, até ficar com uma forma mais recortada. Estes exemplos são suficientemente eloquentes para mostrar que se estes organismos, antes de alcançarem a forma definitiva, passaram por formas intermédias, também «um organismo tão completo e perfeito como o homem, com muito mais razão deve ter procedido do mesmo modo» (1).

As espécies não *aparecem* subitamente na natureza, como expõe o texto bíblico, mas são fruto de sucessivas e graduais *transformações* de formas e estruturas primitivas. Sustentar a ideia de que o homem e os demais animais sempre apresentaram as formas que hoje possuem seria equivalente a considerar o relógio que hoje utilizamos, com o mecanismo complexo e preciso que dispõe, sem qualquer ligação com as primitivas engrenagens de rodas, pesos e molas, ou com os rudimentares procedimentos de medição do tempo, como os relógios de sol e as ampulhetas de água ou de areia. Os processos lentos de aperfeiçoamento dos diferentes tipos de mecanismo estão integrados no produto final. Do mesmo modo, as diferentes formas por que passa um embrião, antes de alcançar a dos seus progenitores, referem-se a outras espécies diferentes da sua, com posição inferior na escala da classificação animal.

O estudo da embriologia humana mostra que o homem teria também passado por formas específicas diferentes da actual, admitindo o autor que a mais próxima da configuração que hoje possui teria sido a dos «grandes macacos». Mais do que qualquer outro animal, com relação ao qual o embrião humano apresenta uma semelhança episódica, as semelhanças com o gorila são de ordem anatómica e manifestam-se, de forma *contínua*, desde o embrião, prolongando-se através da infância até à velhice. «Os embriões do gorila e do homem apresentam-se numa ultracontinuidade que não se constata entre os macacos antropóides e os macacos inferiores» (2), pelo que há razões para pensar que, na lenta transformação a que a sua espécie esteve sujeita, «o homem deve ter sido necessariamente um macaco, e é risível deixar de o afirmar, ou, ao menos, de o crer, contra todas as induções lógicas dos factos científicos para não desfazer a sombra das teorias impotentes da religião» (3).

(1) *Ibidem*, p. 18.

(2) Francisco de Arruda Furtado, «Embriologia», p. 135.

(3) *Ibidem*.

Não se trata de defender, precisa Arruda Furtado, «*que o homem e o macaco de hoje eram descendentes um do outro, mas somente que ambos deviam ter sido produzidos pela transformação dum animal perdido e mais caracterizado como macaco do que como homem*» (1). Embora admita a dificuldade em provar esta concepção, não deixa de lembrar que a contrária também se não pode demonstrar, nomeadamente a veiculada pelo *Génesis*, que diz ter o homem saído do pó, de forma repentina e perfeita, pela acção dum sopro divino. Apesar de, a nível popular, todos reconhecerem uma grande semelhança do macaco com o homem, a resistência que a tese de Darwin tem conhecido provém certamente da tendência em tratar os fenómenos naturais nos limites da escala temporal em que a vida do homem decorre. Ou seja, porque nunca ninguém tivesse visto «descender um homem directamente dum macaco em duas ou três gerações, não podia conformar-se com a ideia de que isso tivesse sucedido mesmo em milhares delas» (2).

#### 4.4. Adaptação ao meio

A transformação das espécies resulta da adaptação às condições do meio e transmite-se hereditariamente aos descendentes. É assim que uma ave, vivendo num meio aquático escasso em alimentos e sujeita a enfrentar variadas ocasiões de perigo, desenvolve o mecanismo de voo que torna as asas mais robustas, resultando daí o enfraquecimento e atrofia das patas. Mas se, pelo contrário, viver num meio com abundante alimentação e sem a ameaça de predadores, não precisa voar, pois satisfaz as suas necessidades por meio da natação, o que provoca atrofia das asas e correlativo desenvolvimento das patas. Estas modificações, que propiciam um melhor domínio do meio, «uma vez adquiridas, passarão pelas leis da hereditariedade, e, ao fim dum imenso número de gerações que se tenha conservado no mesmo meio, estas modificações estarão de tal modo acumuladas a ponto de que os indivíduos, partidos dum tronco comum, isto é, primitivamente a mesma espécie, estarão representando duas espécies inteiramente distintas» (3).

Os órgãos que favorecem a adaptação do animal ao meio aperfeiçoam-se e desenvolvem-se. Pelo contrário, os que deixam de desempenhar qualquer função atrofiam, muito embora se conservem durante muito tempo de forma rudimentar em muitas espécies, como acontece, por exemplo, com os órgãos de lactação no homem e no macho de todos os mamíferos, que são perfeitamente inúteis, mas que

(1) Francisco de Arruda Furtado, *O Homem e o Macaco*, p. 11.

(2) *Ibidem*.

(3) *Ibidem*, p. 20.

o autor interpreta como vestígios de um antigo hermafroditismo. Também os músculos existentes nas orelhas e no cóccix do homem representam vestígios de cauda e orelhas mais desenvolvidas, que hoje deixaram de ter poder para executar qualquer movimento. Apesar de o homem ser dotado com estes músculos «ele não pode mover a orelha nem a cauda rudimentar; mas eles indicam suficientemente que o homem vem de ascendentes cujas orelhas e cauda eram, pelo contrário, bem desenvolvidas e servidas por músculos mais extensos e activos, de que os actuais são um resto impotente» (1). O desenvolvimento dum órgão processa-se em resposta à satisfação duma necessidade, que ao deixar de se fazer sentir provoca a sua atrofia. Trata-se pois dum processo natural que Arruda Furtado esquematiza do seguinte modo: «a necessidade chama a um novo uso; os órgãos modificam-se inevitavelmente para o satisfazer; a hereditariedade fixa e acumula essas variações» (2).

O desconhecimento dos termos em que se poderia equacionar o mecanismo da hereditariedade fez que Arruda Furtado ficasse totalmente dependente das concepções de Darwin, mesmo daquelas que foram posteriormente superadas pela clarificação que os estudos no domínio da biologia foram trazendo, principalmente a partir da redescoberta das leis de Mendel, em 1900. Estas leis, que haviam sido formuladas em 1865, permitiam conceber a hereditariedade como um processo de combinação de partículas independentes, segundo o probabilismo das leis estatísticas, e transmissíveis de forma invariável através de gerações. Tal concepção combinava com a teoria corpuscular do património hereditário defendida por A. Weissmann, que distinguia entre as células somáticas e as células germinais. Estas não provinham do corpo do indivíduo, mas do *plasma germinativo*, uma molécula de constituição química, que se transmite duma geração à seguinte, e que foi depois identificada com os genes, da teoria cromossomática da hereditariedade elaborada por Morgan, e actualmente com a dupla hélice do DNA, descoberta pela biologia molecular. A distinção que desde Weissmann se estabeleceu entre as células germinais e somáticas, ou, como hoje se diz, entre o genoma e o fenótipo, explica a reprodução das células somáticas a partir das células germinais, mas não autoriza que se afirme a possibilidade duma reprodução em sentido inverso. Ou seja, as células somáticas nunca podem dar origem ao plasma germinativo, o que torna indefensável a hereditariedade dos caracteres adquiridos, como ainda sustentava Arruda Furtado. Estas concepções eram correntes na época, sendo defendidas pelos continuadores de Lamarck e também por Darwin que, na correspondência tardia, lastimava mesmo a pouca atenção que havia prestado à acção directa do

(1) *Ibidem*, pp. 20-21.

(2) *Ibidem*, p. 24.

meio para explicar a evolução das espécies, mas foi depois abandonada por ser quimicamente inviável (1). Não obstante ter seguido esta linha de orientação que não teve continuidade, a adesão de Arruda Furtado à teoria evolucionista fez-se com um profundo conhecimento e uma participação activa na dialéctica argumentativa que era utilizada para a justificar, que contava, nomeadamente, com apoios da embriologia, da anatomia comparada e da paleontologia (2).

#### 4.5. Antropologia Física

O isolamento das ilhas, que contribuiu para esclarecer o fenómeno de transformação das espécies animais, como os moluscos terrestres e os insectos, serviu também para clarificar o próprio processo de transformação do homem ilhéu. Com este propósito, Arruda Furtado submeteu a uma análise sistemática a população açoriana, em particular da ilha de São Miguel, confrontando-a com a do continente português, de onde era originária. A obra que publicou, em Ponta Delgada, em 1884, *Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos Açorianos. Observações sobre o Povo Micaelense*, cumpre o propósito de reunir os elementos que poderão assinalar as linhas de força da «diferenciação antropológica» do povo micaelense. O seu programa, como escreve no prefácio, propõe-se «estudar o meio, o movimento essencial da população, as condições económicas e sociais de existência, os sentimentos e a inteligência, os elementos antropológicos de que é formado o grupo micaelense actual, isto é, estudar aonde vivemos, como crescemos, como vivemos, como sentimos e pensamos, e quais os nossos caracteres físicos» (3).

O povoamento dos Açores teve início quando Portugal se lançou na empresa dos Descobrimentos, ou seja, numa época que trouxe profundas transformações à sociedade portuguesa. A exploração doutros territórios, o contacto com culturas até então desconhecidas e a propagação de novas ideias alteraram o nível de vida, os costumes e as mentalidades. Desta forma, o envio dos povoadores para os Açores, por ter tido lugar quando se iniciava o período mais florescente da história portuguesa, saldou-se numa condenação ao desterro. Quando a população, no continente português, «podia sentir-se dominar em massa os mais importantes lugares até aí desconhecidos do velho e novo mundo, este pequeno fragmento [os

(1) Cf. Denis Buican, *La révolution de l'évolution*, Paris, PUF, 1989, pp. 165-173; André Pichot, *Histoire de la notion de vie*, Paris, Gallimard, 1995, pp. 851-889.

(2) Cf. Michel Delsol, *L'évolution biologique en vingt propositions. Essai d'analyse épistémologique de la Théorie Synthétique de l'Évolution*, Paris, J. Vrin, 1991, pp. 41-56 e 73-91.

(3) Francisco de Arruda Furtado, *Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos Açorianos. Observações sobre o Povo Micaelense*, Ponta Delgada, 1884, p. 2.

Açores], profundamente isolado, caía no torpor do clima, debaixo do terror dos grandes fenómenos vulcânicos e do jugo dos capitães donatários» (1). A população que veio habitar os Açores cristalizou no tempo, não beneficiando das estimulantes influências que o contacto com outros povos e culturas propiciaram e que operaram profundas transformações na população portuguesa. Por esta razão, sobrevivem nos Açores tradições que já caíram em desuso no continente, o que permite supor que a cultura popular de origem se manteve quase sem alterações.

Só recentemente, há cerca de cinquenta anos, na estimativa de Arruda Furtado, os Açores começaram a ter um relacionamento directo e mais frequente com os países mais avançados da Europa, o que iria certamente provocar alterações no modo de ser das pessoas. Tornava-se pois urgente, antes que a situação se venha a alterar, empreender o estudo da sociedade actual, uma vez que ela, pelo grau de estagnação que a tem caracterizado, permitirá aproximar-nos do ambiente real das primitivas populações que habitaram as ilhas e, por esta via, dos modos ancestrais de viver do povo português. Com efeito, argumenta Arruda Furtado, o período de tempo em que o povo micaelense vive na sua ilha é relativamente curto, se o compararmos com o longo período de tempo em que viveu, nas diferentes regiões do continente português, sob a influência dos povos que dominaram a península. Durante esse tempo, antes de empreender o povoamento das ilhas, o povo português viveu «um passado de ignorância profundíssima, de força puramente física, de constante batalhar. Neste passado poderiam apenas desenvolver-se fortemente sentimentos de coragem, patriotismo, tenacidade, e todas as qualidades relacionadas com estes sentimentos, em grande parte já herdados dos romanos e árabes que ajudaram a formar o fundo do povo peninsular» (2), e que a literatura popular revive nos combates com os mouros, feitos de armas, etc.

Sem ter beneficiado dos reflexos da abertura expansionista que o povo português conheceu, a população micaelense, formada, em geral, por agricultores, aparentava um considerável atraso relativamente aos portugueses do continente. O seu modo de ser e de falar revestem uma forma particularmente grosseira, a ponto de, sem rodeios e mesmo sem ter efectuado estudos comparativos com os povos das outras ilhas, o autor dizer claramente: «O povo micaelense, pela sua incorrecção de modos e de loquela, distingue-se radicalmente de todos os outros açorianos, passando mesmo por ser "o povo mais bruto das ilhas".» (3) É proverbial a forma agressiva da convivência entre homens e mulheres, assim como a pobreza de expressão, que se manifesta na «construção atabalhoada» do discurso, na

(1) *Ibidem*, p. 24.

(2) *Ibidem*, p. 23.

(3) *Ibidem*, p. 25.

falta de criatividade da poesia popular, na monotonia das danças e cantares, no mau gosto dos edifícios públicos, como são as câmaras e as igrejas. Acresce a tudo isto uma generalizada falta de gosto pela instrução, «mal sabendo ler e escrever a maior parte dos nossos morgados» (1), e pela leitura, em que «o avultado número de jornais nada significa, pois é apenas um simples produto do estado da nossa política» (2). O uso corrente de palavras e gestos obscenos, no seio do convívio familiar, é ainda um sintoma do desleixo a que é votada a educação moral, o que contribui para tornar o povo micaelense em «um grupo inferior cujo estado intelectual não é desmentido pela generalidade da expressão e incorrecção do seu tipo fisionómico e pela pouca elevação da sua circunferência craniana» (3).

Nos inícios do século XX, entre os autores açorianos que defendiam uma forma de arte e de literatura que reflectisse as singularidades do meio açoriano, o poeta jorgense João Matos Bettencourt recorria a Arruda Furtado para, em sentido contrário ao pessimismo da sua análise, pôr em evidência a superioridade do povo açoriano, que, segundo ele, se explicava pela mistura do sangue português com o de outras raças (4). Nesta mesma linha de optimismo, Vitorino Nemésio, em «Os Açorianos e os Açores», conferência que proferiu a 13 de Fevereiro de 1928, na Associação Académica de Coimbra, tomando em consideração já não a população rural nem a procura duma fundamentação biológica da cultura e da sociedade micaelense mas a projecção que as elites intelectuais e dirigentes lograram alcançar, apresenta os Açores como um «Portugal requintado», precisamente por considerá-los, ao contrário de Arruda Furtado, uma emanação do país quando este era «uma força em marcha», lembrando ainda que tem vindo a ser do «nateiro insular que têm partido as contribuições de algum preço, quer em metal sonante e a título industrial, predial e sumptuário, quer em carne e osso, acção e pensamento» (5).

Não é possível firmar na documentação histórica, como sejam registos paroquiais, títulos de aforamento ou descrições do descobrimento e povoamento dos Açores, a província de Portugal de onde os micaelenses são originários. Esta lacuna dificulta a realização dum estudo comparativo, susceptível de apurar os traços da personalidade-base do povo micaelense que dependem da sua origem remota ou das influências do meio em que vive. Deste modo, a hipótese de trabalho, que expõe em várias cartas, alimenta a esperança de ultrapassar a dificuldade por via

(1) *Ibidem*, p. 31.

(2) *Ibidem*, p. 30.

(3) *Ibidem*, p. 77.

(4) Cf. Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores Durante a I República*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999, pp. 227-228.

(5) Cit. em Carlos Cordeiro, *op. cit.*, p. 266.

do suporte que a linguística e a antropologia poderão fornecer no estudo das relações de semelhança menos visíveis do vocabulário, da pronúncia, da fisionomia, dos costumes, etc., entre as eventuais regiões portuguesas de origem e as diferentes ilhas do Arquipélago.

Com este propósito, Arruda Furtado dá conta das diligências que efectuou, recolhendo os modismos do falar popular, nomeadamente termos, frases, pronúncias, submetendo-os à apreciação dos etnólogos portugueses, com quem contactava, como Teófilo Braga, Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos. Mas as opiniões primaram pelo desencontro de pontos de vista, conforme se pode perceber na correspondência, e davam a entender que o modo de falar açoriano apresentava traços comuns com a linguagem popular de todo o país. A solução do problema, nos termos em que foi posta inicialmente, tornava-se difícil, levando antes a admitir que «o povo micalense se compõe de descendentes de colonos vindos das mais diversas partes de Portugal» (1), como parece querer certificar a coincidência na toponímia de alguns lugares de S. Miguel com outros lugares dispersos por todo o continente.

Certamente que, este trabalho se apresenta com grandes dificuldades, não só porque os estudos deste tipo se encontravam pouco desenvolvidos em Portugal, mas também porque a população micalense apresentava, nos seus diferentes aglomerados populacionais, indícios duma considerável heterogeneidade de origens antropológicas e étnicas. «Pelas diferenças profundas de tipo fisionómico, de pronúncia e intonação da voz, de costumes étnicos e de moral que ainda se encontram entre povoações extremamente vizinhas, e sobretudo pela distribuição geral do índice encefálico, vê-se que os micalenses estão ainda longe de constituírem um grupo verdadeiramente homogéneo, tão mista foi a composição originária do povo português.» (2) Apesar de ser inviável estabelecer uma origem predominante na população micalense, poderemos reconhecer que as alterações económicas, culturais e sociais que no continente provocaram uma diferenciação dos povos, em S. Miguel, o «isolamento profundo e constante» manteve sem alterações a população local durante quatro séculos. É assim que «ela possui um conjunto de caracteres comuns que a distinguem à primeira vista de todas as outras ilhas do arquipélago» (3), e os caracteres associados ao tipo braquicéfalo, que se apurou serem predominantes, parecem tornar evidente que «os atributos celtas predominam na população micalense» (4), o que de algum modo a individualiza como um grupo.

(1) Francisco de Arruda Furtado, *Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos Açorianos*, p. 63.

(2) *Ibidem*, p. 55.

(3) *Ibidem*, p. 59.

(4) *Ibidem*, p. 58.

O traço mais singular deste trabalho encontra-se no recurso que Arruda Furtado utilizou, ao procurar responder à pergunta da origem particular da população micalense, por meio do estudo comparativo de medições da estatura e das dimensões cranianas, formas do rosto, formato do nariz, feitio do cabelo, cor dos olhos, da barba e do cabelo de cem camponeses micalenses e outros tantos de várias regiões do continente português, recolhidas devido à colaboração do Dr. Paula e Oliveira, entre jovens residentes em Lisboa, mas provenientes da província, a maior parte do Minho e os restantes do norte e centro do país. Este estudo inspirou-se nos planos de trabalho adoptados por Gustavo Le Bon, nos seus estudos antropológicos, com vista a determinar «a constituição mental do povo micalense» a partir do apuramento da frequência dos seus principais caracteres antropológicos, em que se destacava a dimensão craniana, pela ligação que se afirmava existir com a inteligência.

O autor não pretende estabelecer uma ligação directa, em cada homem individualmente considerado, que conduzisse a avaliar a sua inteligência pelo tamanho da cabeça. O resultado das suas pesquisas tem uma leitura que o tratamento estatístico dos resultados pode proporcionar para o conhecimento geral duma população. Como ele mesmo esclarece, «não se pode afirmar que um homem é inteligente, porque tem uma cabeça grande; mas, se uma população nos apresentar um notável número de crânios volumosos que outra população não possui, nós temos o direito de afirmar que a primeira é mais inteligente do que a segunda. É este facto essencial e não fracas oscilações na capacidade média dos seus crânios, como diz o Dr. Le Bon, o que distingue as raças superiores das inferiores» (1).

A recolha efectuada pelo Dr. Paula e Oliveira não encontrou na população portuguesa diferenças antropológicas de valor, o que permitia afirmar a homogeneidade física da raça, susceptível, por conseguinte, de ser comparada, como um todo, com as recolhas efectuadas em S. Miguel. Neste confronto, entre o grupo de micalenses observados e o do continente, resultam diferenças muito mais acentuadas do que as variações que distinguem as populações das diferentes regiões do continente português. Para além do micalense apresentar, em maior percentagem, estatura mais baixa, cor clara do cabelo e olhos verdes, a diferença «a mais importante é a da forma do crânio» (2). Se em Portugal predomina o tipo dolicocefalo, nos camponeses micalenses este tipo apresenta uma frequência muito reduzida, ao contrário dos outros tipos que parecem dominantes, como os do subdolicocefalo, mesaticéfalo e sub-braquicéfalo. Estes resultados mostram-se em consonância não apenas com o baixo nível intelectual dos camponeses micalenses mas

(1) *Ibidem*, pp. 49-50.

(2) *Ibidem*, p. 72.

também com o ascendente celta que Arruda Furtado se esforça por descobrir em S. Miguel.

A presença dos atributos celtas na população micaelense conduz Arruda Furtado a formular a hipótese da ligação da Bretanha com o povoamento de S. Miguel, já que esta região francesa é a que maiores vestígios apresenta da presença céltica e por existir na ilha uma região, com vários povoados, que se designa por Bretanha. Reforçam a hipótese a pronúncia nasalada, que é, aliás, típica de toda a ilha, a acentuação do *u*, que em S. Miguel nunca é pronunciado de forma fechada, em *ô*, como no continente português, mas com uma entoação tipicamente francesa, além de outras particularidades no sistema da habitação, que apresenta características que se não encontram nas outras localidades da ilha <sup>(1)</sup>.

Os estudos antropológicos revelam-se assim de primordial importância no traçar das linhas que poderão configurar a identidade de um povo, procurando dar resposta às questões em que a história, por carência de elementos, não consegue esclarecer. Por meio do exame sistemático e comparativo do tipo fisionómico da população, assim como da forma típica da modelação da voz põem-se em destaque elementos importantes que poderão esclarecer a origem da população micaelense, lançando a pista para que «um estudo mais detalhado e vasto, especialmente dos nossos braquicéfalos, possa de futuro demonstrar a existência dum elemento importantíssimo na formação da população micaelense» <sup>(2)</sup>. Embora as suas concepções e procedimentos de análise não tivessem tido continuidade e estejam em grande parte ultrapassados, manifestam, no entanto, um domínio dos problemas e da sua metodologia de abordagem que inserem o autor micaelense na mundividência positivista e materialista da época. A rede de ligações e contactos que conseguiu manter com destacadas personalidades do meio científico nacional e estrangeiro, a par dum conhecimento que se mantinha informado das tendências dominantes que marcavam as linhas de investigação na área, testemunham que o isolamento da sua ilha o não impediu de acompanhar os rumos que conferiam aos estudos antropológicos um suporte positivo de relevo para a tomada de consciência da identidade cultural de um povo.

## 5. Teixeira Bastos e a delimitação dos domínios da Antropologia

A oportunidade da realização em Lisboa do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas serviu a Teixeira Bastos para, em artigo

<sup>(1)</sup> Cf. *ibidem*, pp. 74-76.

<sup>(2)</sup> *Ibidem*, p. 78.

que publicou na *Era Nova* <sup>(1)</sup>, clarificar os domínios da Antropologia, definir os seus procedimentos metodológicos e situar a disciplina no conspecto das ciências que formam a ordenação enciclopédica dos saberes de Augusto Comte. Apesar do interesse por este ramo do saber ser já manifesto na antiguidade clássica, nomeadamente em Aristóteles e Hipócrates, reconhece nesse artigo que é a partir da criação da Sociedade de Antropologia de Paris, em 1859, por Paul Broca, que a disciplina logrou alcançar um importante desenvolvimento, o qual havia já sido iniciado por Buffon e continuado por Lineu, Lamarck e outros. Todavia, apesar de estar em sintonia com Broca quando este considera a antropologia como o ramo mais recente das ciências naturais que maior interesse tem despertado nos homens de ciência, distancia-se dele quanto à demarcação das suas fronteiras. Para Broca, a antropologia, ao visar o estudo geral das «raças humanas» e da sua relação com a natureza, integra os contributos dum vasto leque de disciplinas do âmbito da biologia e da sociologia. Trata-se, pois, duma disciplina que se constitui na confluência dos contributos trazidos por muitas outras e que se desenvolve na dependência dos seus permanentes contributos, com destaque especial para a anatomia comparada, a zoologia, a arqueologia pré-histórica, a paleontologia, a linguística, a história e os demais ramos que formam as ciências humanas. Segundo ele, este desenvolvimento é mais aparente do que real e, ao pretender subordinar um campo tão vasto de disciplinas, descaracteriza a antropologia, tornando-a sem precisão e sem rigor científico. Formando-se à custa de outras disciplinas acabou por resultar numa acumulação de factos dispersos e heterogéneos, ligados por teorias metafísicas, sem uma base indutiva de sustentação, mas apenas, quando muito, assentes em observações limitadas e lacunares.

Esta falta de ordem ou de critério na investigação impediu o seu efectivo progresso ou desenvolvimento, provocando entre os antropólogos um desacordo permanente, nomeadamente no que se refere à definição do seu domínio de pesquisa e dos seus limites. Foi mérito de Quatrefages, na opinião do autor, ter tirado a antropologia da indisciplina metafísica, delimitando o seu objecto ao estudo do homem, na perspectiva geral da espécie. Ao contrário da perspectiva alargada de Broca que tendia a abranger na antropologia os domínios da biologia e da sociologia, que tratam da dimensão material do indivíduo e também da sua dimensão intelectual e moral, Quatrefages concebe a antropologia como um ramo da história natural. A clarividência dum artigo que Wirouboff escreveu na revista de Littré, *La Philosophie Positive*, com o título «L'influence métaphysique en

(1) Cf. Teixeira Bastos, «Antropologia: seu lugar na classificação hierárquica dos conhecimentos humanos», em *Era Nova. Revista do Movimento Contemporâneo*, Lisboa, (1880-1881), pp. 229-234. Este trabalho foi posteriormente integrado em *Ciência e Filosofia. Estudos de Crítica Positivista*, Porto, Tipografia de A. J. da Silva Teixeira, 1890, pp. 3-13.

biologie», fornece a Teixeira Bastos os termos exactos que deverão delimitar esta nova disciplina. Trata-se duma concepção coincidente com a de Quatrefages que procura circunscrever a antropologia ao estudo do homem em termos de indivíduo e de raça. Com esta depuração ficaram arredados da antropologia todos os temas e problemas que pertencessem às outras ciências, pondo assim termo à confusão que era provocada por uma interdisciplinaridade mal tolerada pelos cânones positivistas e integrando-a como um dos ramos da zoologia.

Teixeira Bastos aceita também como sua esta linha de orientação, embora se mostre menos radical ao conceder-lhe um lugar próprio entre as disciplinas científicas, tais como as ciências das religiões, a linguística, a história e todas as ciências sociais e humanas, em geral, já que todas elas tomam por objecto o homem, que é simultaneamente o elemento mais destacado dos animais, de que trata a zoologia, e a base da sociedade e de todos os fenómenos sociais, de que se ocupa a sociologia. A antropologia é uma disciplina de futuro, embora esteja ainda a atravessar uma fase muito inicial de desenvolvimento marcada pela observação e recolha de elementos. Recorrendo à expressão de Letourneau, a antropologia encontra-se ainda na fase preliminar de definição e exploração do seu domínio, em que «caminha sempre com o compasso e com a balança na mão. Descreve os diversos tipos humanos, mede e avalia os crânios, porque tal é o cérebro, tal é o homem» (1). Desta forma, com o intuito de evitar que a antropologia absorvesse no seu domínio a sociologia e se sobrepusesse a ela, Teixeira Bastos recorda que, embora incidindo sobre o homem, objecto comum da biologia e da sociologia, «não se pode estender o campo da antropologia para além dos limites marcados à biologia, sob pena de se invadir os domínios da sociologia, e de se cair na indisciplina mental» (2).

\*

A linha de rumo dos estudos antropológicos realizados em Portugal acabou por se constituir em duas trajectórias independentes. Uma, representada pela Sociedade Carlos Ribeiro, do Porto, por Arruda Furtado, nos Açores, e outros, centrou todo o seu interesse na análise dos elementos anatómicos do homem, nomeadamente na medição e descrição das configurações cranianas. É o ramo da Antropologia Física, que supunha existir uma estreita ligação entre a forma e a dimensão média dos crânios duma população e o seu grau de desenvolvimento intelectual e social e que, como também vimos desenhar-se no seio da Psicologia,

(1) Cit. em Teixeira Bastos, art. cit., p. 231.

(2) *Ibidem*, p. 234.

relewa duma orientação de pendor materialista. A outra linha de investigação está na origem dos estudos etnológicos que continuam a ser desenvolvidos nos nossos dias e que tem constituído um notável investimento na recuperação da cultura popular oral e escrita, como forma de clarificação do tema da identidade nacional. Na origem deste ramo, conhecido pela designação de Etnologia, destacamos os numerosos estudos de Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso e Adolfo Coelho, que iremos apresentar de seguida.

## 6. A Etnologia ou a 'aposta na recuperação da identidade cultural

Os estudos etnológicos começaram a desenvolver-se em Portugal nas décadas de 70 e 80 do século XIX, tendo como principais protagonistas Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso, Leite de Vasconcelos e Oliveira Martins. Com excepção deste último, todos utilizaram as revistas de inspiração positivista, como *O Positivismo* e a *Era Nova*, para divulgar o resultado das suas recolhas, que eram predominantemente orientadas para a recuperação da cultura popular, onde pulsava a alma que dava vida à identidade portuguesa. É um trabalho que se compreende na sequência do projecto garrettiano de refundação de Portugal pela restauração do teatro nacional, de expressão histórica, e de recuperação da literatura, inspirada nas tradições locais e empenhada em «estudar as nossas primitivas fontes poéticas, os romances em verso e as lendas em prosa, as fábulas e as crenças velhas, as costumeiras e as superstições antigas», conforme escreve, em jeito programático, no primeiro volume do *Romanceiro*.

Os estudos antropológicos eram desenvolvidos sob designações diversas, como etnologia, etnografia, folclore, demótica, demologia, mitologia, mitografia, os quais não só se constituíram como «um espaço disciplinar orientado para o estudo da cultura popular portuguesa de matriz rural, como essa sua orientação foi dobrada por pressupostos analíticos marcados pela centralidade da problemática da identidade nacional» (1). Para criar em Portugal o campo disciplinar da antropologia, Consiglieri Pedroso é dos autores mais representativos não só pelo relacionamento que mantém com diversas personalidades e sociedades científicas internacionais mas também pelos seus ensaios e recolhas, nomeadamente, as que reuniu a colecção de contos populares, que publicou em Londres, em 1882. Também com igual prestígio e inserção internacional, Adolfo Coelho reuniu uma colec-

(1) João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. *Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, p. 28.

ção de contos populares, que publicou em Londres, em 1885, e dirigiu a *Revista de Etnologia e Glotologia*, apesar da sua duração efémera e de se limitar apenas a publicar trabalhos seus, sem ter conseguido envolver outros elementos do pequeno grupo de estudiosos do ramo. Adolfo Coelho continua ainda, a partir dos anos 90, envolvido em estudos no domínio da antropologia, enquanto que Teófilo Braga e Consiglieri Pedroso enveredaram, a meados da década de 80, pela militância republicana mais activa e Leite de Vasconcelos pelo investimento na arqueologia.

O conceito de cultura popular inspira fundamentalmente recolhas da tradição oral, reunidas nos cancioneiros, romanceiros e contos populares, bem como tradições populares, que dizem respeito a uma gama variada de manifestações, que englobam as crenças, superstições, festas cíclicas, ritos de passagem, etc. É assim que Teófilo Braga, com a ajuda de amigos influentes, procede à edição de várias recolhas, como são o *Cancioneiro Popular* (1867), o *Romanceiro Geral Coligido da Tradição* (1867), os *Cantos Populares do Arquipélago Açoriano* (1869), os *Contos Tradicionais do Povo Português* (1883), *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições* (1885). Adolfo Coelho publica os *Contos Populares Portugueses* (1879), bem como uma variedade de estudos sobre as festas e os costumes populares, hoje reunidos, por João Leal, em dois volumes, com o título geral de *Obra Etnográfica*. Da mesma forma, Zófimo Consiglieri Pedroso mantém na revista *O Positivismo* uma colaboração regular com estudos sobre as superstições, crenças e tradições populares, reunidas, também por João Leal e publicados em 1988 com o título *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e outros Estudos Etnográficos*. Neles se incluem também algumas recolhas efectuadas na área do cancionero e do romanceiro, assim como um conjunto de contos populares que não tinham sido integrados na colectânea que o próprio autor publicou em 1910 com o título *Contos Populares Portugueses*.

Toda esta produção em prol da literatura e das tradições dava da cultura popular «uma imagem eminentemente textual» (1), desinserida, por conseguinte, das vivências que a teriam feito emergir. A recolha é registada na sequência de informações que colaboradores sensibilizados para a importância de salvaguardar este património conseguiam recuperar, a partir de relatos feitos por pessoas pertencentes, em geral, ao meio rural. A correspondência de Teófilo Braga para Ernesto do Canto, F. Arruda Furtado e João Teixeira Soares na preparação do *Cancioneiro Açoriano* é bastante elucidativa a este respeito (2).

Os etnólogos dos anos 70 e 80 apresentam, como João Leal bem observa, uma visão historicista da cultura popular, em que a literatura e as tradições se preser-

(1) *Ibidem*, p. 41.

(2) Cf. Teófilo Braga, *Quarenta Anos de Vida Literária: 1860-1900*, Lisboa, Editora Artur Brandão, 1903.

vam nas cantigas, lendas, rezas, rituais, etc., que animavam os bailes populares, as romarias, os serões, o trabalho dos campos e outras rotinas da vida social. Nas suas múltiplas manifestações, a cultura popular é o espelho duma tradição imemoriável, em que se desenham os traços mais expressivos da identidade dum povo. Este é visto não como agente interventivo do fenómeno cultural mas como guardião dum passado étnico que permanece vivo. O programa de estudos etnológicos é norteado pela ideia de que a cultura popular é o testemunho fidedigno das suas raízes ancestrais e anónimas. Daí a importância que os estudos antropológicos revestiam na formação da consciência nacional. A cultura popular que a antropologia recupera possui profundidade e espessura por ser um legado que o povo herdou e de que é fiel depositário. Para que este testemunho se não descaracterize, a metodologia adoptada pelos autores reduz-se à simples publicação de textos, na forma como foram recolhidos, em que a literatura e as tradições populares aparecem desinseridas do ambiente em que elas se exprimem.

Os estudos etnológicos cumprem o desígnio de reunir «colectâneas de textos, eventualmente organizadas por temas e antecedidas de um prefácio do colector» (1). Será na viragem do século, nomeadamente com os trabalhos de Rocha Peixoto, que a investigação etnológica passa a envolver uma pesquisa efectiva feita no terreno, o que permitirá pôr em evidência os contextos locais em que as manifestações culturais circulam. Começará a atender-se às diferenças e às peculiaridades que assinalam as sucessivas fases da sua evolução em relação a um passado que os estudos arqueológicos permitem conhecer melhor, em lugar de, como acontecia com os autores pioneiros desses estudos, valorizar nas manifestações culturais a presença duma especificidade étnica onde enraíza a identidade nacional. Teófilo Braga é particularmente representativo desta linha de pensamento, pelo seu empenho em esclarecer as raízes étnicas do povo português.

## 7. Teófilo Braga e as raízes étnicas do povo português: *os moçárabes*

Para Teófilo Braga existe entre a literatura portuguesa e o povo um afastamento que a tem impedido de revestir um carácter nacional específico, distinto das demais. Particularmente, ao nível da poesia, Portugal perdeu a sua identidade, tendo, no século XVIII, alcançado a degradação máxima, devido, principalmente, ao excesso de erudição clássica, que se acentuou a partir do Renascimento, e levou à imitação de modelos estrangeiros, de forma artificial, afectada e bajuladora. Para se

(1) João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*, p. 42.

reencontrar, a literatura terá de regressar à inspiração das fontes populares da tradição e dos grandes acontecimentos nacionais, conforme muito bem compreenderam, entre outros, no período quinhentista, Gil Vicente e Camões, mas também, mais próximo de Teófilo, Garrett e Herculano. O esplendor literário quinhentista, em que a epopeia de Camões é o expoente mais expressivo, coexistiu e esteve intimamente ligado à empresa dos Descobrimentos, reflectindo a sua influência, que teria actuado como estímulo decisivo.

A obra literária, como toda a obra humana, não se compreende em termos duma expressividade meramente estética e de motivações individuais, marcadas pela conjuntura efémera dum momento ou duma época, mas na medida em que tomou como fonte de inspiração os momentos mais significativos da vida nacional que estão presentes na história e na poesia popular. Teófilo apresentou esta concepção desde as suas primeiras obras de História da Literatura Portuguesa, em que já se fazia sentir, de forma claramente assumida, a influência de Comte e de Spencer. O significado duma obra literária não é avaliado pela natureza, estilo ou criatividade que o seu autor nela deixa transparecer, mas pela sua capacidade de traduzir os elementos que, do meio e da tradição, modelam a consciência dum povo e o individualizam no conspecto das nacionalidades. Como observou Pere Ferré, na introdução que escreveu para a reedição do *Romanceiro* de Teófilo, a recuperação da identidade poética portuguesa, que tanto o preocupou, passa pelo encontro das «origens rácicas», e o meio de lá chegar centra-se na identificação das características étnicas que constituem as particularidades nacionais <sup>(1)</sup>. É assim que, para bem compreender uma obra literária, como aliás toda a actividade humana, Teófilo equaciona os factores da sua produção, que são a raça, a tradição, a língua e a nacionalidade <sup>(2)</sup>.

Estes constituem os elementos estáticos que, segundo a nomenclatura estabelecida por Augusto Comte, interferem e imprimem carácter à produção lite-

<sup>(1)</sup> Cf. Pere Ferré, «Nota prévia», em Teófilo Braga, *Romanceiro Geral Português*, Lisboa, Vega, 1982, p. XIII.

<sup>(2)</sup> «Para bem compreender a obra do homem, sentida, reflectida ou praticada, convém antes de tudo determinar-lhe o círculo de fatalidade dentro do qual se produz: o impulso atávico da *raça*, que orienta o sentimento do escritor ou artista; a *tradição*, transmitida de séculos, que se torna o tema da elaboração ideal e pela qual a obra do génio realiza a síntese afectiva em uma sociedade; a *língua*, como expressão do sentimento individual, que o escritor não criou, mas que modifica para universalizar estados das consciências, as mais indefinidas vibrações da sensibilidade e ainda as aspirações latentes de uma idade; por fim a *nacionalidade*, ou a consciência da vida colectiva, que tem de exteriorizar-se pela acção histórica, objecto das narrativas das comemorações, dos monumentos que vão unificando cada geração na mesma continuidade.» (Teófilo Braga, *Introdução à História da Literatura Portuguesa*, Porto, Livraria Chardron, 1896, pp. 8-9.)

rária. É sobre eles que opera a criatividade do escritor e do poeta, que constitui a componente dinâmica da produção artística. Daí que o estudo e a compreensão da literatura envolvam um profundo conhecimento das condições que a tornam possível, ou seja, uma estreita ligação aos domínios da antropologia, etnografia, glotologia ou filologia, história e sociologia, enquanto que estas disciplinas têm por objecto os factores estáticos que conferem significação à produção literária. A literatura é a expressão do meio e da tradição, pelo que nela se observa, não tanto o poder criativo do escritor mas, fundamentalmente, «a *persistência* de certas qualidades transmitidas na espécie, e que diferenciam os grupos humanos ou as raças; as *sobrevivências* de costumes, que se conservam automaticamente quando já de todo passaram os estados ou organizações sociais que provocaram e com que estavam em harmonia; e as *recorrências*, ou renovações dessas qualidades anteriores e costumes extintos, quando um certo abalo social desperta em um povo todas as forças do seu instinto de conservação, mantendo-se pelas suas condições estáticas» (1).

Na Europa, as nacionalidades não são constituídas por raças em estado puro mas por populações miscigenadas por cruzamentos vários. Teófilo encontra na *História de Portugal* de Alexandre Herculano o apoio para a sua teoria moçárabe da nacionalidade portuguesa, defendendo que a Península Ibérica, incluindo Portugal antes da fundação da nacionalidade, foi profundamente transformada pela invasão dos Árabes. A Península tinha já sofrido a dominação romana que, através do universalismo da língua, veículo do direito e da literatura, exerceu uma forte influência cultural e foi também, por meio da difusão da religião cristã, um pólo importante de unificação social.

As invasões germânicas, que provocaram a queda do império, acabaram por se conformar com as suas instituições sociais, mantendo o direito e a religião dos povos residentes. Todavia, as elites dominadoras mantiveram-se distanciadas dos povos dominados, e foram os povos bárbaros que acompanhavam as legiões romanas e germanas que se misturaram facilmente com o povo. O mesmo aconteceu com a invasão dos árabes, que trouxeram os *berberes* no seu exército, que se integraram na população da península. «O pró-consul romano, o conde germânico e o emir árabe consideravam bárbaros a sociedade e o país que governavam e fechavam-se nos seus costumes aristocráticos e nos seus privilégios excepcionais; pelo contrário, o elemento do *colonato* romano, dos *lites* germânicos, que se haviam confundido na persistente população hispânica, e dos *mouros* trazidos pela invasão e ulteriores conflitos do domínio árabe, vieram a constituir a gente sedentária das vilas e cidades, a que já no século XII se dava o nome de *Mosarabes*.» (2)

(1) *Ibidem*, p. 13.

(2) *Ibidem*, p. 48.

Teófilo considera esta designação um indício seguro da forma tolerante como os árabes tratavam, do ponto de vista político e religioso, os direitos de cidadania das populações autóctones, contrariamente ao que faziam crer as descrições eclesiásticas. Estas apresentavam a invasão árabe, no século VII, em termos sangrentos e ruinosos, o que levou a aristocracia visigótica a refugiar-se na Astúrias, de onde partiu depois a reconquista. A população que habitava a península, na sequência da ocupação romana e da invasão germânica, aceitou a convivência com os berberes, deixando desta convivência, que se estendeu entre os séculos VII e XI, variados testemunhos na língua, na música, nas tradições e na cultura, em geral, que conferiu a este povo, que se formou sob os auspícios da tolerância política e religiosa dos árabes, um perfil próprio que se caracterizou na designação de *moçárabe* <sup>(1)</sup>.

A tese da formação da nacionalidade portuguesa, com base na conjugação do aparecimento duma população de moçárabes e do processo de unificação das cidades por meio das cartas de foral, tinha já sido apresentada em obras anteriores, como a *História do Direito Português. Os Forais* (1868) e em *Epopeias da Raça Moçárabe* (1871). Foi objecto de contestação por parte de Oliveira Martins, que se recusava a conceber a identidade da cultura portuguesa a partir dum determinismo de singularidades étnicas, e foi também criticada por Antero, em artigos que publicou no jornal do Porto *O Primeiro de Janeiro* e que tinham por assinatura o seu estilo <sup>(2)</sup>.

Teófilo faz remontar as manifestações da cultura portuguesa, tais como elas ainda sobreviviam nos contos populares, a origens mais distantes, em virtude de conservarem elementos semelhantes aos que também existiam em outros povos. A ideia de um fundo primitivo comum levou ao alargamento dos estudos comparativos dos contos tradicionais de vários países não só da Europa mas também do Oriente, de África e da América, nomeadamente do Brasil e do México. Procurava-se «a organização de determinados ciclos de ficções, e a demonstração dos elementos míticos de que eles são o último vestígio» <sup>(3)</sup>. O facto de existirem contos comuns nos povos da alta Ásia, nas tribos selvagens de África e nas sociedades mais civilizadas da Europa, poderá fazer pensar que tenham existido vários focos de irradiação. Todavia, se atendermos à força mágica que nesses contos se atribui aos animais, plantas e rochas, descobrimos neles uma estrutura que corresponde ao período fetichista da religião, que os liga aos temas tradicionais das efabulações míticas desse período.

(1) Cf. *ibidem*, pp. 43-50.

(2) Cf. Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989, pp. 53-59.

(3) Teófilo Braga, *Contos Tradicionais do Povo Português*, Lisboa, Dom Quixote, 1987, vol. I, p. 32.

Segundo Comte, o fetichismo representa a forma mais primitiva da religiosidade, e este princípio confere a Teófilo a base para uma «classificação racional dos contos», em paralelo com «a sucessão dos estados mentais da humanidade, as capacidades das raças» (1), conforme também defendem alguns antropólogos importantes, nomeadamente Tylor, que Teófilo cita em seu apoio. Desta forma, a partir da análise das manifestações religiosas de um povo facilmente se poderá determinar a antiguidade dum conto, isto é, perceber a proximidade em que se encontra em relação às suas origens e saber, por conseguinte, que povo o transmitiu a outras raças e civilizações.

Na sequência dos trabalhos de von Hahn, Benfey, Max Müller e outros, partilhou-se a convicção de que os contos, costumes e tradições primitivas tinham uma origem anterior à dispersão da família ariana nos vários ramos europeus e Max Müller defendeu a hipótese, que se impunha a partir das demonstrações de Benfey, que os ligava à Índia, nomeadamente às escrituras religiosas dos *Vedas* (2). Porém, a distinção efectuada por Paul Broca entre o povo basco espanhol, de tipo *dolicocéfalo*, de crânio oblongo, e o basco francês, de tipo *braquicéfalo*, de cabeça arredondada, permitiu a Teófilo defender a tese da ocorrência de emigrações para a Europa das raças nómadas turanianas da Mongólia. As semelhanças físicas estabelecidas pelos novos estudos científicos de antropologia teriam permitido reforçar a tese moçárabe dos povos peninsulares a partir das origens mais recuadas dos povos turanianos da Mongólia. Estes teriam alcançado a Europa por meio de dois caminhos: uns entraram pelo Norte e fixaram-se na região basca francesa; outros entraram pelo Sul, vindos pelo caminho do Norte de África, e fixaram-se na região basca espanhola (3). Deste modo, a multiplicidade de contos produzida por uma imaginação fetichista provém, em última instância, das tribos nómadas da alta Ásia, as raças turanianas da Mongólia, que alcançaram a Europa por meio dos povos arianos ou indo-europeus e dos povos berberes do Norte de África.

Esta mesma concepção é apresentada numa obra posterior, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições* (1885), onde, com base na variedade de tipos fisionómicos que existem em Portugal, Teófilo encontra a confirmação do «facto histórico do grande número de raças que passaram ou se estabeleceram no solo da Península Hispânica e que nunca se extinguíram totalmente» (4). Esta diversidade obriga a identificar o lugar de cada um, na ordem por que se sucederam na ocu-

(1) *Ibidem*, p. 58.

(2) Cf. *ibidem*, p. 51 e segs.

(3) *Ibidem*, p. 76.

(4) Teófilo Braga, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, Lisboa, Dom Quixote, 1985, vol. I, p. 58. Sobre este assunto, cf. Idem, «Elementos da nacionalidade portuguesa», em *Revista de Estudos Livres*, Lisboa, (1883-1884), pp. 49-66, 97-115, 145-155, 193-200.

pação da Península, a fim de organizar a crítica comparativa dos costumes, crenças e tradições dos portugueses, no confronto com os vestígios análogos que podemos reconhecer como pertencentes a algumas dessas raças que aqui se fixaram.

Os primeiros habitantes da Península pré-histórica, os iberos, teriam sido surpreendidos pela emigração turaniana, proveniente da Ásia, que a teriam invadido pelos caminhos do Norte da Europa e do Norte de África. Nas palavras de Teófilo, esta constitui «a primeira base para a unidade da civilização ocidental» (1). Sobre ela se estabeleceram os celtas em duas épocas diferentes, primeiro os celtas marítimos ou lígures, que se deslocaram a partir do Leste Europeu, depois os celtas louros, que desceram, vindos do Norte. Os celtiberos surgem da ligação entre estes diferentes povos, como forma de resistirem às sucessivas investidas infligidas pelos fenícios, jónios e, posteriormente, pelos romanos. Estes impuseram o seu domínio por meio da formação de várias colónias, com tribos italianas e germânicas, assim como pela difusão da língua, do direito e a influência da Igreja. As subseqüentes invasões de diversos povos germânicos trouxeram, com os visigodos que há um século habitavam a Aquitânia, região situada entre os Pireneus e o Garona, o desenvolvimento das instituições locais, imprimindo-lhes uma organização social, reconhecida, mais tarde, juridicamente pelas cartas de foral. A invasão dos árabes encontra uma população organizada em volta das suas tradições culturais e jurídicas, herdadas dos romanos e desenvolvidas pelos godos. O ambiente era assim propício para «uma extraordinária actividade industrial e agrícola», e também para, supõe Teófilo, a fusão das raças, «imitando o viver dos árabes (*Most'arabe*), que representavam então a civilização mais esplêndida da Humanidade» (2).

O romanceiro, as cantigas populares e os provérbios, assim como as tradições e os costumes, revivem de algum modo este fundo étnico povoado por uma diversidade de raças, em que sobressai «a persistência e recorrência de um elemento primitivo, que nunca chegou a ser extinto» (3), e que na convicção de Teófilo se refere à componente árabe, constituída predominantemente pelos berberes, que veiculou a primitiva emigração dos turanianos da Mongólia, que se fixaram na península a partir do Norte de África. Teófilo faz recuar assim, até a este subsolo mais remoto, a sua preocupação de encontrar as raízes mais profundas da cultura portuguesa, ou seja, de construir, como diz João Leal, «um "mito de origem" susceptível de conferir ainda maior profundidade temporal à nação portuguesa» (4).

(1) *Ibidem*, p. 56.

(2) *Ibidem*, p. 68.

(3) *Ibidem*, p. 72.

(4) João Leal, *Etnografias Portuguesas*, p. 69.

## 8. Consiglieri Pedroso: unidade linguística, cultura e história

Zófimo Consiglieri Pedroso (1851-1910), natural de Lisboa, foi o primeiro professor do Curso Superior de Letras diplomado pelo próprio Curso. Regeu a 1.<sup>a</sup> cadeira de História Universal e Pátria, na sequência de provas públicas a que se submeteu, por concurso, em 1878, com a tese *A Constituição da Família Primitiva*. Distinguiu-se pela sua intervenção política e ideias republicanas, mas também pelos estudos etnológicos que deixou, como os *Contos Populares Portugueses*, inicialmente publicados, em 1882, em Londres, e em Portugal, em 1910, a colaboração na revista francesa *Romania* e a intensa colaboração na revista *O Positivismo*, uma importante série de artigos, inicialmente, com o título geral de «Contribuições para uma mitologia popular portuguesa» e, posteriormente, com o título de «Tradições populares portuguesas». Estes estudos, que foram reeditados, com outros trabalhos, por João Leal, em 1988, tiveram por base não apenas a recolha feita a partir da tradição oral mas também de fontes escritas, nomeadamente, de processos da Inquisição, de legislação civil e religiosa, da proscricção de certas práticas populares supersticiosas (1).

O material recolhido é apresentado em torno de determinados temas, de forma essencialmente descritiva, de modo a evitar generalizações teóricas, que poderiam revelar-se imprudentes, face aos materiais disponíveis. Todavia, são objecto de estudos comparativos com tradições congéneres, pois a ideia de que hindus e europeus teriam, na origem, falado a mesma língua tornou defensável a hipótese de que teriam dado uma forma de expressão idêntica aos seus sentimentos e ideias. Esta unidade étnica, constituída por um veículo linguístico homogéneo, está na base da formação de ideias religiosas e do pensamento mítico, que a maioria dos textos antigos dava a conhecer. Neste contexto, a descoberta e o estudo dos textos védicos trouxeram um termo de comparação precioso, tendo mesmo fornecido elementos a Max Müller para a sua teoria naturalista da religião. Segundo ele, as ideias religiosas compreendem-se a partir da personificação dos fenómenos naturais e as mitologias desenvolvem-se na sequência da quebra da ligação directa entre essas construções religiosas e os fenómenos naturais que estão na sua origem. As formas tradicionais de cultura popular, como são os contos, os ritos, as superstições, os aforismos, apresentam uma perda de consciência muito maior desta correspondência originária, pelo que compete ao estudo das mitologias

(1) Cf. Consiglieri Pedroso, «As superstições populares na legislação religiosa», em *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e outros Escritos Etnográficos*, pref., org. e notas de João Leal, Lisboa, Dom Quixote, 1988, pp. 85-86.

fazer a recuperação da memória das suas origens, ou seja, identificar os fenómenos naturais que se encontram na origem das diferentes idealizações religiosas. Os estudos filológicos enquadram-se nesta linha de pesquisas, pois remetem para o estudo das tradições populares que, por sua vez, reenviam para o estudo das mitologias <sup>(1)</sup>.

Consiglieri Pedroso adopta a concepção naturalista de Müller de que os mitos são a expressão dos fenómenos naturais, que perdem, com o tempo, esta ligação matricial, cristalizando-se num sistema de dogmas, de preceitos morais e de lendas, que fizeram esquecer as primitivas origens. Todavia, esta forma de explicação das tradições populares não poderá ser aplicada automaticamente a todos os casos, carecendo de ser justificada por meio da investigação histórica. Por intermédio da história será possível depurar, nos contos populares, os elementos que o poder ficcional da imaginação foi introduzindo nas diferentes narrativas, que muitas vezes desvirtuaram a sua configuração original. Os estudos comparativos dos diferentes contos permitirá recuperar as suas origens primitivas pela identificação dos elementos comuns que neles sobrevivem, em lugar de, como preconizava Müller, procurar a correspondência de cada conto directamente com os seus arquétipos védicos. O estado actual dos conhecimentos não autorizava a avançar no caminho duma teoria geral explicativa das tradições populares, mas aconselhava a permanecer na recolha dos elementos e a avançar no confronto com os que se encontravam em outros povos.

A investigação histórica, segundo critérios científicos, acompanhou a evolução do espírito humano, que subtraiu as diversas ciências «ao empirismo e à metafísica para as firmar em bases positivas» <sup>(2)</sup>. Desta forma, as diversas ciências sociológicas têm acumulado elementos que permitem encarar a possibilidade de elevar esta disciplina «à categoria de uma verdadeira ciência, com métodos de observação tão severos, e instrumentos de comprovação tão exactos, como os das demais ciências, impropriamente chamadas por exclusão “exactas e naturais”» <sup>(3)</sup>. Por isso a investigação histórica constitui um instrumento seguro de conhecimento das características universais do desenvolvimento social e cultural do homem, desde as sociedades mais primitivas. Por meio da investigação histórica, é possível identificar a ordem lógica de razões e de motivações que se encontra subjacente nas sucessivas fases por que passam, ao longo dos tempos, as instituições sociais, nomeadamente a família, ou as narrativas que dão expressão às diversas tradições populares que Consiglieri Pedroso estudou.

<sup>(1)</sup> Cf. João Leal, «Prefácio», em Consiglieri Pedroso, *op. cit.*, pp. 19-21.

<sup>(2)</sup> Consiglieri Pedroso, «A constituição da família primitiva», in *op. cit.*, p. 45.

<sup>(3)</sup> *Ibidem.*

Relativamente à origem da família, o método de análise histórica permite apurar que a sua constituição evoluiu em todos os grupos sociais, seguindo a mesma sequência de padrões, desde o estágio promíscuo da poliandria, em que predominavam as ligações efémeras, à semelhança das que têm lugar entre os animais, até alcançar o estágio actual da família monogâmica, passando pelo sistema da exogamia, assente na prática do rapto das mulheres. Esta generalidade evolutiva de comportamentos que se manifesta em todas as raças permite tirar duas conclusões. A primeira, que mostra até que ponto o paradigma positivista da universalidade e da invariabilidade das leis impõe o seu ideal de racionalidade ao conhecimento científico, é de que «as leis sociológicas têm um carácter de verdadeira universalidade, em nada inferior ao das leis que dominam as outras ciências, impondo-se igualmente a todos os grupos humanos sem distinção, embora em cada um destes grupos sejam modificadas por leis particulares, resultantes da individuação de cada raça ou de cada nacionalidade» (1). A segunda conclusão, que compreende os fenómenos sociais segundo o determinismo das condições impostas pelo meio, é de que as instituições sociais, mesmo as mais importantes, «não são obra deste ou daquele vulto histórico, deste ou daquele século, nem tão-pouco surgem na vida das nações sem precedentes e raízes no passado, mas aparecem-nos única e exclusivamente como o produto de uma evolução natural, continuada ininterrompidamente por séculos, modificada todos os dias, pelas circunstâncias diversas do meio cósmico e sociológico, nas suas criações, que da mais baixa e humilde origem ascendem à mais alta floração, correspondente ao estado de integridade da função, de que são órgãos» (2). E esta análise que foi feita com relação à família poderá estender-se a todos os domínios sociais, como a propriedade, o direito, a moral, a justiça, o Estado, pois todos estes domínios estão sujeitos à lei geral que explica a evolução de todos os fenómenos, que progridem «do simples para o composto, do rudimentar para o complexo, do homogéneo para o heterogéneo» (3).

## 9. Adolfo Coelho: literatura popular, identidade nacional e descoberta doutros domínios

Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) era natural de Coimbra e estudou filologia na Alemanha. Foi um dos participantes das Conferências do Casino Lisbonense, de 1871, proibidas pelo governo, por atacarem a religião e as institui-

(1) *Ibidem*, pp. 73-74.

(2) *Ibidem*, p. 74.

(3) *Ibidem*, p. 75.

ções políticas do Estado. A sua conferência, a última a ser proferida antes da proibição ministerial, tinha por tema o ensino e nela criticava asperamente a forma como estava organizado em Portugal, incluindo o superior. Mais tarde, em 1878, foi professor do Curso Superior de Letras, onde leccionou a cadeira de Filologia Comparada, criada na sequência da reestruturação do Curso, que o alargou de dois para três anos. Publica os *Contos Populares Portugueses* (1879), que representam parte duma recolha que efectuou directamente de populares ou por intermédio de outras pessoas que com ele colaboraram. O interesse pela literatura popular de expressão oral insere-se num movimento iniciado, no princípio do século XIX, na Alemanha, por Jacob e seu irmão Wilhem Karl Grimm, que publicaram, entre 1812 e 1814, a colecção de contos populares infantis de várias regiões da Alemanha e mais tarde a *Mitologia Alemã*, que apresentavam as crenças e rituais populares, vestígios do sistema religioso dos antigos povos arianos, celtas e germanos, que a cultura romana e a assimilação cristã haviam ofuscado.

A perspectiva de que os contos populares eram a expressão dum fundo étnico primitivo, que persistia latente nas sucessivas transformações que se foram sedimentando ao longo das épocas históricas, levou a que vários países da Europa se tivessem interessado pela sua recolha e estudo. E este mesmo interesse estendeu-se também ao estudo das tradições de vários países da Ásia, da África e da América, o que permitiu descobrir a existência do mesmo tipo de histórias em povos e raças bem diferentes e distantes. Esta coincidência levanta o problema que consiste em explicar a sua transmissão, sem excluir também a hipótese dessas versões se terem formado nos diversos povos, independentes umas das outras. Adolfo Coelho inclina-se para a hipótese duma transmissão que se teria efectuado dum povo a outro, muito embora rejeite a ideia de que a sua transmissão para a Europa se tivesse operado «por um único veículo» (1).

Entre estes veículos, encontra-se certamente a via literária, mas se esta pode ser a explicação para alguns casos particulares não será certamente a mais importante na península, pois seria preciso que existisse «uma grande divulgação literária e já muito antiga para explicar a generalização dos mesmos contos populares, em todas as províncias de Portugal, em todas provavelmente da Espanha» (2). Desta forma, argumenta contra certas opiniões que faziam derivar esta tradição popular, na península, em grande parte, por via da literatura do século XVI, de origem francesa e italiana. Desenvolve, por isso, um estudo comparado de diferentes versões de alguns contos para apoiar a sua convicção de que a «tradição oral de povo a

(1) Adolfo Coelho, *Contos Populares Portugueses*, pref. de Ernesto Veiga de Oliveira, Lisboa, Dom Quixote, 1993, «Prefação», p. 74.

(2) *Ibidem*, p. 67.

povo foi, a nosso ver, o veículo mais importante que trouxe esses contos para a península» (1), alguns dos quais não só eram já referidos pelos escritores portugueses antigos como também não faziam parte das versões estrangeiras traduzidas ou conhecidas em Portugal (2).

Para além destes elementos, Adolfo Coelho sublinha que a transmissão só poderia ter sido recebida por existir entre todos os povos, por muito afastados que pudessem estar, a partilha dum mesmo tipo de sensibilidade que modelasse uma expressão estética do mesmo teor. Para que haja transmissão, é preciso que haja condições para a receber, ou seja, «a existência no povo que recebe de tradições próprias do mesmo género; sem estas, o que se lhe conta seria para ele absolutamente ininteligível ou não lhe despertaria nenhum interesse» (3). A forma como cada povo recebe uma tradição reflecte a sua personalidade-base, que imprime o seu carácter próprio aos elementos que são transmitidos, em função do seu contexto físico e social. Será objecto duma nova disciplina, a *mitografia*, distinguir o que cada povo acrescenta aos elementos primitivos duma tradição que lhe transmitem, identificar os aspectos da sua versão que pertencem a outros povos e os canais que processaram essa transmissão.

Esta disciplina, juntamente com a psicologia, a anatomia e a filologia comparadas formam o campo da antropologia. Foi com este propósito que dirigiu a publicação da *Revista de Etnologia e de Glotologia*, que apenas se publicou no ano de 1880 exclusivamente com tralhos da autoria de Adolfo Coelho, mas que serviu o propósito de organizar elementos indispensáveis à construção dum trabalho no campo da etnologia. Pretendia assim apoiá-la em «um seguro método científico», que a demarcasse do «diletantismo» de teorias precipitadas, sem correspondência nos factos. O ponto de partida deverá ter por base as recolhas e o seu estudo metódico, «de modo que pela sintetização dos resultados adquiridos se passe depois às conclusões gerais» (4).

Na apresentação da linha editorial da revista que acabamos de referir, o autor enuncia, «ao correr da pena», o programa de estudos a realizar. Em primeiro lugar, os temas a investigar, que passam pela identificação dos povos que habitaram a península, desde os períodos mais recuados, com vista a definir os que exerceram uma influência mais decisiva, os contributos que trouxeram para a formação da identidade cultural, as influências do meio na vida desses povos. Em

(1) *Ibidem*, p. 66.

(2) Cf. *ibidem*, p. 52.

(3) *Ibidem*, p. 47.

(4) Adolfo Coelho, «Esboço dum programa de estudos de etnologia peninsular», em *Revista de Etnologia e de Glotologia*, Lisboa, Tipografia Universal, 1880, p. 1, reeditado em *Obra Etnográfica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993, vol. I, p. 677.

segundo lugar, o tipo de estudos que é preciso empreender e que, entre outros, passa pela identificação dos caracteres físicos das populações, recolha de vestígios deixados pelas línguas antigas faladas na península, dos costumes, superstições e festas populares, das indústrias populares, da arte e da literatura populares, sendo esta considerada a verdadeira base inspiradora de toda a literatura e doutras formas de arte de carácter erudito, que «só têm valor verdadeiro quando aproveitam as minas da tradição popular, haurem delas as formas cujo sentido humano é provado pela sua generalização no tempo e no espaço, vazando nelas os sentimentos e concepções de uma época e imprimindo-lhes o cunho de uma grande individualidade poética» (1). A tradição popular confere autenticidade à inspiração artística, a qual se desvirtua e amesquinha se se deixar conduzir pelos impulsos da imaginação individual.

Os *Contos* que Adolfo Coelho publica integram-se num projecto mais alargado em que seriam «estudados nas suas múltiplas relações» (2), revelando-se por isso um trabalho preliminar que, segundo as orientações metodológicas que ele mesmo define para o estudo da tradição, corresponde à fase descritiva ou de recolha dos materiais. Todavia, o rigor do método científico que preconiza obrigaria a completar esta primeira fase exploratória do trabalho etnológico por um estudo explicativo, que o levaria a uma fase comparativa ou de confronto das versões recolhidas, com vista a fixar a versão primitiva ou os seus elementos essenciais, e posteriormente a uma fase histórica e genética, que visaria determinar as origens dessa tradição e as formas como evoluiu e irradiou a outros povos (3). Mas, em geral, como ajuíza Veiga de Oliveira, «Adolfo Coelho não levava os seus estudos até ao nível explicativo, correspondendo aos graus histórico e genético do seu método» (4). E os trabalhos que fazem excepção a este procedimento são os «Materiais para o estudo da origem e transmissão dos contos populares», o único que publicou no primeiro volume da revista *O Positivismo*, e os «Estudos para a história dos contos tradicionais» inserido na *Revista de Etnologia e de Glotologia*, em que o autor ensaia a análise comparativa das recolhas que apresenta, com versões desses contos que descobriu na literatura de diversos países, procurando mesmo reconstruir a sua versão primitiva e posterior evolução.

Para além do investimento feito na recuperação da literatura e tradições populares, que representa, na obra etnológica de Adolfo Coelho, «o seu núcleo

(1) Adolfo Coelho, *Contos Populares Portugueses*, «Prefação», p. 49.

(2) *Ibidem*, p. 51.

(3) Cf. Ernesto Veiga de Oliveira, «Prefácio» a Adolfo Coelho, *Contos Populares Portugueses*, pp. 28-29.

(4) *Ibidem*, p. 37.

mais sólido» (1), o seu interesse orientou-se ainda para novos domínios que, conforme João Leal salienta, ampliam as temáticas tradicionais de investigação da etnologia. Num texto de 1896, o autor dá conta da necessidade de abrir os seus estudos de modo a contemplar os elementos materiais da cultura popular, no domínio industrial e tecnológico, nos seguintes termos: «é necessário estudar também as indústrias do povo no que elas têm de tradicional, os conceitos não supersticiosos sobre a natureza, o homem, a sociedade, enfim o saber popular em todas as suas ramificações» (2). Trata-se duma temática que já havia sido mencionada, de forma resumida, bastantes anos antes, no «Esboço de um programa de estudos de etnologia peninsular», em que são apontados como exemplos das indústrias populares os meios e os equipamentos ligados à navegação, pescas, agricultura, arquitectura, cerâmica, vestuário, etc. Este alargamento do domínio da etnologia, que só conhecerá um desenvolvimento relevante com Rocha Peixoto e Jorge Dias, foi também apresentado, dum modo pormenorizado, num outro texto, também de 96, em que, para além dos temas anteriormente referidos, acrescenta a necessidade duma investigação das formas de alimentação das classes populares, bem como da habitação, vestuário, organização económica do trabalho, do comércio, da indústria e das ocupações diversas, assim como uma análise das instituições sociais, como, por exemplo, a organização do parentesco, os sentimentos patrióticos, os esquemas de solidariedade (3).

A variedade dos seus trabalhos visava construir, em bases multidisciplinares e cientificamente consistentes, «o conhecimento integral do povo português — “o nosso ser étnico”», como reconhece Veiga de Oliveira no estudo introdutório a que nos referimos atrás, conferindo, assim, à expressão das vivências populares o domínio com maior autenticidade para compreender a identidade nacional. É assim que, por um lado, reveste todo o sentido a sua preocupação de encontrar as raízes da literatura e das tradições populares portuguesas, que Adolfo Coelho defende ser de origem asiática, apoiando-se em autores alemães, tal com também fez Teófilo Braga. Incumbe assim à pesquisa etnológica identificar os centros étnicos de irradiação original dos principais núcleos temáticos da cultura popular portuguesa, que se difundiram por toda a Europa, até à Península Ibérica, e persistem vivos na tradição camponesa.

(1) João Leal, «Prefácio», em Adolfo Coelho, *Obra Etnográfica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993, vol. I, p. 16.

(2) Adolfo Coelho, «Tradições populares portuguesas. A caprificação», em *Obra Etnográfica*, vol. I, p. 559.

(3) Adolfo Coelho, «Exposição Etnográfica Portuguesa. Portugal e Ilhas Adjacentes», *ibidem*, pp. 703-736.

Mas, por outro lado, o principal contributo para o tema da identidade nacional prende-se com a atenção que dedicou ao estudo da decadência e da regeneração nacionais, temas amplamente debatidos nas Conferências do Casino de 1871. Interessava diagnosticar os sinais que anunciavam a decadência de um povo e que pudessem representar uma ameaça à independência nacional. Haveria que, num estudo comparativo com outros povos europeus, «determinar até que ponto é real o grau de decadência de que nos acusam e nos acusamos muitas vezes, as causas dessa decadência e os remédios que devem ser-lhes opostos» (1). É que o país não se identifica com os desmandos das classes dirigentes, mas é nas qualidades e nas formas de viver do nosso povo que poderemos encontrar a reserva moral do país e fazer assentar nelas «a esperança da nossa futura regeneração» (2). É dentro deste propósito que se inserem os programas de intervenção educativa de Adolfo Coelho como instrumentos indispensáveis para promover a educação do nosso povo e, por esta via, a regeneração do país.

\*

Os primeiros estudos realizados em Portugal no campo da etnologia respondem à orientação duma matriz positivista, que facilmente se deixa reconhecer pela cedência ao monismo metodológico de teor naturalista em que se apoiam, como garante dum conhecimento que respeite as exigências da objectividade científica. A extensão do modelo determinista aos fenómenos culturais é claramente assumida, no complexo das suas dependências causais, em que sobressaem, entre outros, os seguintes aspectos: a preocupação de identificar as «origens rácicas» do fenómeno cultural português, na convicção de que ele sobrevive como expressão do meio geográfico e social e de que se transmite por via da espécie; a concepção redutora do fenómeno religioso como um estado primitivo da evolução intelectual da humanidade, que será desacreditado pelas certezas da positividade das ciências; a ideia de que a dinâmica das instituições sociais evolui nos termos duma sequência lógica invariável, que é possível identificar; a valorização do estudo comparativo dos contos, romances, ritos e outras formas de cultura popular, com vista ao apuramento da suposta autenticidade das versões recolhidas; o esforço para identificar os centros étnicos de irradiação original da cultura popular e os

(1) Adolfo Coelho, «Esboço de um programa para o estudo antropológico, patológico e demográfico do povo português», *ibidem*, p. 681.

(2) Adolfo Coelho, «Exposição Etnográfica Portuguesa. Portugal e as Ilhas Adjacentes», *ibidem*, p. 705. Cf. João Leal, «Prefácio», em Adolfo Coelho, *Obra Etnográfica*, pp. 19-29. Sobre a importância do tema nas principais personalidades da época, cf. António M. Bettencourt Machado Pires, *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, 2.ª ed., Lisboa, Vega, 1992.

traços que posteriormente foi integrando, por meio da reconfiguração que a acção de vários povos vai introduzindo.

O pioneirismo das recolhas e dos estudos que estes autores realizaram permitiu reunir e salvaguardar um acervo notável de aspectos muito singulares da cultura popular portuguesa que, apesar de tudo, não ficaram descaracterizados pelos condicionalismos epistemológicos que orientaram a sua interpretação. Trouxeram, desta forma, será justo sublinhar, um contributo incontornável para a criação da área científica dos estudos etnológicos em Portugal, os quais têm vindo a conhecer notáveis desenvolvimentos até aos dias de hoje, graças ao alargamento do campo da investigação e à mobilização de recursos interpretativos, mais sensíveis a atender à compreensão das significações que o fenómeno cultural encerra, conforme tem sido sugerido pela reflexão que, nomeadamente, a filosofia estruturalista e a filosofia hermenêutica trouxeram.